

Universidade Federal Fluminense – UFF
Instituto de Estudos Estratégicos – INEST
Curso de Pós-graduação em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O PROCESSO DECISÓRIO PARA
O ENVIO DE TROPAS NA GUERRA DA COREIA E NA CRISE DE SUEZ**

LUIZ FRANCISCO FONTES NETO

Niterói, RJ
Novembro de 2019

Universidade Federal Fluminense – UFF
Instituto de Estudos Estratégicos – INEST
Curso de Pós-graduação em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O PROCESSO DECISÓRIO PARA
O ENVIO DE TROPAS NA GUERRA DA COREIA E NA CRISE DE SUEZ**

Autor: Luiz Francisco Fontes Neto

Monografia apresentada ao MBA de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de especialização em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos.

Orientador: Prof. Dr. Vágner Camilo Alves

Niterói, RJ
Novembro de 2019

**Ficha de Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais
(Monografia)**

Título do Trabalho: A Política Externa Brasileira e o Processo Decisório para o envio de Tropas na Guerra da Coreia e na Crise de Suez

Aluno: Luiz Francisco Fontes Neto

Ano Letivo: 2019

Avaliadores:

Prof. Dr. Vágner Camilo Alves – Orientador (Avaliador 01)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais

Prof. Dr. Bruno Pessoa Villela – Leitor (Avaliador 02)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais

| Notas dos Avaliadores | |
|------------------------------|--|
| Avaliador 01 | |
| Avaliador 02 | |
| Nota Final | |

Agradecimentos

À Deus, o Senhor da vida, por me capacitar à confecção deste trabalho;

Aos meus pais Davi e Quezia, por me ensinarem no caminho em que se deve andar;

À minha esposa Daianne, que muitas vezes dedicou seu tempo à leitura de cada capítulo, ora corrigindo alguns erros, ora dando ótimas sugestões;

Ao meu filho Joaquim, pois, sem saber, me motivou para a conclusão desta obra; e

Ao Professor Vágner Camilo, por tantas horas investidas tanto na leitura e análise de cada parte, quanto na sua posterior orientação presencial. O tempo de aprendizado foi muito relevante.

Dedicatória

À minha esposa Daianne e meu filho Joaquim, família que Deus me permitiu constituir
aqui neste mundo.

Epígrafe

Todos os povos da terra são como nada diante dEle. Ele age como lhe agrada com os exércitos dos céus e com os habitantes da terra. Ninguém é capaz de resistir à sua mão nem de dizer-lhe: “O que fizeste?”

Profeta Daniel

Índice

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| Capítulo I – A GUERRA DA COREIA | 2 |
| 1.1 – ANTECEDENTES | 2 |
| 1.2 – DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO | 3 |
| 1.3 – DESFECHO | 6 |
| Capítulo II – A CRISE DE SUEZ | 8 |
| 2.1 – ANTECEDENTES | 8 |
| 2.2 – DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO | 12 |
| 2.3 – DESFECHO | 16 |
| Capítulo III – A NÃO PARTICIPAÇÃO NA GUERRA DA COREIA | 18 |
| 3.1 – FATORES EXTERNOS | 19 |
| 3.2 – FATORES INTERNOS | 24 |
| Capítulo IV – A PARTICIPAÇÃO NA CRISE DE SUEZ | 29 |
| 4.1 – FATORES EXTERNOS | 31 |
| 4.2 – FATORES INTERNOS | 35 |
| CONCLUSÃO | 39 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 43 |

RESUMO

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O PROCESSO DECISÓRIO PARA O ENVIO DE TROPAS NA GUERRA DA COREIA E NA CRISE DE SUEZ

No início da Guerra Fria irromperam alguns conflitos em diferentes partes do mundo, sendo os mais graves, notadamente observados na Guerra da Coreia e na Crise de Suez. As consequências decorrentes dessas duas conjunturas impactaram fortemente o espectro das Relações Internacionais afetando, inclusive, a Política Externa Brasileira. É preciso dar especial atenção aos interesses de cada um dos atores responsáveis pelo processo de tomada de decisão, da parte dos brasileiros, para participar ou não dos conflitos supracitados. No tocante ao Brasil, pode ser destacada como principal influência externa os Estados Unidos da América. Nos aspectos internos, não se pode deixar de analisar o posicionamento do Ministério das Relações Exteriores, representando a diplomacia, o Ministério da Guerra, em nome dos militares, e o Presidente da República, responsável pelo Poder Executivo e principal decisor em ambas as situações. Desta forma, comparando-se ambas as decisões, é possível entender que fatores internos e externos foram preponderantes para uma assertiva ou não ao envio de tropas.

Palavras-chave: Guerra da Coreia; Crise de Suez; Relações Internacionais; Política Externa Brasileira.

Niterói, RJ
Novembro de 2019

ABSTRACT

BRAZILIAN FOREIGN POLICY AND THE DECISION-MAKING PROCESS FOR TROOPS IN KOREA WAR AND THE SUEZ CRISIS

At the beginning of the Cold War some conflicts broke out in different parts of the world, the most serious of which were noted in the Korean War and the Suez Crisis. The consequences resulting from these two conjunctures strongly impacted the spectrum of International Relations, including affecting the Brazilian Foreign Policy. Special attention must be given to the interests of each of the actors responsible for the decision-making process on the part of Brazilians to participate or not in the above conflicts. Regarding Brazil, the United States of America can be highlighted as the main external influence. In the internal aspects, one cannot fail to analyze the position of the Ministry of Foreign Affairs, representing diplomacy, the Ministry of War, on behalf of the military, and the President of the Republic, responsible for the Executive Power and chief decision maker in both situations. Thus, by comparing both decisions, it is possible to understand that internal and external factors were preponderant for an assertive or not to send troops.

Key-words: Korean War; Suez Crisis; International Relations; Brazilian Foreign Policy.

INTRODUÇÃO

Uma das esferas de atuação do Estado por onde ele procura defender sua integridade e interesses nacionais no âmbito do sistema internacional é a Política Externa. Apesar disso, cada Estado possui suas idiossincrasias, as quais influenciam diretamente na sua forma de lidar com os demais Estados. Esta forma de agir é consequência do conjunto de atores que formam seu corpo governamental. Estes atores acabam por promover, direta ou indiretamente, suas ambições e interesses, além de expor aquilo que julgam como interesses permanentes do Estado. Cada posicionamento afeta, por sua vez, os atores dos outros Estados no sistema internacional onde se está inserido. Daí a característica marcante da Política Externa: sua complexidade (AMARAL; ALVES, 2015, p.1).

Visando ilustrar a importância dessa temática para um Estado, o presente trabalho tem como escopo abordar dois conflitos, a saber, a Guerra na Coreia e a Crise no Suez, dando ênfase no processo decisório no âmbito da política brasileira para participação, ou não, nos conflitos mencionados. Tal abordagem se dará, primeiramente, através da explanação detalhada do conflito ocorrido entre os anos de 1950 a 1953 na península coreana e da exposição minuciosa da crise iniciada no ano de 1956 em torno do Canal de Suez.

Em seguida, serão dissecados os motivos que levaram o Brasil a não enviar tropas para combater no *front* da Guerra da Coreia. Tal exame se dará através de uma análise dos principais atores tanto na arena internacional quanto no cenário nacional onde, apesar de a questão coreana ter sido “debatida em um ambiente político e democrático [...], os que realmente contavam eram o Presidente, o Ministro das Relações Exteriores e o Alto Comando do Exército” (ALVES, 2007, pp.147,148). De igual modo, por conseguinte, esta obra realizará um exame das principais razões que conduziram o Estado Brasileiro à decisão de compor a 1ª Força de Emergência das Nações Unidas durante a Crise de Suez.

Por fim, na seção conclusiva, serão colocados frente a frente cada um dos atores supracitados, comparando suas decisões nos diferentes momentos que estas propostas se apresentaram diante deles. Dessa forma, visualiza-se que o intento deste trabalho será alcançado, possibilitando uma melhor compreensão de como se dá o jogo de interesses na arena do sistema internacional.

Capítulo I – A GUERRA DA COREIA

A Guerra da Coreia, ocorrida numa pequena – mas não pouco significativa – área do leste asiático, foi a primeira guerra limitada de grande vulto que eclodiu durante a Guerra Fria. A partir dela, ficou notória, para o resto do mundo, a disputa, tanto no campo ideológico como no campo de batalha, entre as duas superpotências mundiais desse período, a saber, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

1.1 – ANTECEDENTES

O conflito de interesses na península da Coreia se deu a partir do final do século XIX, onde o terreno coreano estava sob disputa entre Japão e Rússia, o que levou à guerra niporussa, entre 1904 e 1905, onde os russos saíram derrotados e reconheceram a supremacia japonesa sobre a Coreia. Em 1910, a área foi incorporada pelo Império Japonês, dando início a um capítulo difícil na história coreana que, apesar de tudo, fortaleceu o sentimento nacionalista que iria dominar a vida política nas Coreias no futuro.

Tal domínio teoricamente se findaria após a derrota e rendição dos japoneses em agosto de 1945. Entretanto, de acordo com Oliveira (2005, p.3), os EUA tomaram a decisão de dividir a “península coreana no paralelo 38” pelo fato “do receio norte-americano de que a União Soviética, após a declaração de guerra contra o Japão, seis dias antes da rendição, pudesse avançar e ocupar toda a península”.

[...] o estabelecimento de dois Estados coreanos, com regimes políticos opostos e estreitamente ligados às potências líderes dos dois blocos, viria a se tornar ainda mais complicado, com a criação de um regime socialista na China. A nova configuração geopolítica da Ásia oriental estabelecia, a partir de então, uma massa continental sob controle comunista, e uma periferia oceânica insular (Japão Taiwan e Filipinas) e peninsular (Coreia do Sul), sob domínio norte-americano (VIZENTINI, 2009, p.241 *apud* MELCHIONNA, 2011, p.16).

Tal fato não foi aceito por Kim Il Sung, ditador norte coreano que permaneceu no poder até os anos 90, o qual manifestou a intenção de invadir o sul a fim de unificar a Coreia ao pedir, insistentemente, auxílio a Stalin. Este acabou por aprovar a guerra mais pelo receio de que, se não a apoiasse, a China de Mao Tse Tung o faria, assumindo o papel de liderança que lhe pertencia (MANNARINO; DOURADO, s.d., p.3). Nikita Krushev afirmou que a invasão foi coisa de Kim Il Sung e que Stalin, inicialmente agindo com cautela, concordou por considerar que seria fácil visto que, em 1949, Truman havia retirado as forças americanas

da Coreia e o exército sul-coreano estava preparado para cumprir apenas funções policiais (KISSINGER, 2012, p.425).

1.2 – DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO

Raymond Aron sugere que “provavelmente Stalin não teria dado sinal verde a Kim Il Sung para seu ataque se os diplomatas norte-americanos não tivessem feito saber, clara e antecipadamente, que não tolerariam a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte” (ARON, 2001, p. 30). Entretanto, como não houve tal alerta, as tropas do norte atravessaram o paralelo 38, invadindo o sul em 25 de junho de 1950, dando início à Guerra da Coreia. Tal ocorrido foi tratado como um ato de agressão pela Organização das Nações Unidas (ONU), mais precisamente na figura dos EUA.

A ofensiva por parte do exército de Kim Il Sung configurou um cenário totalmente inesperado para a Política Externa dos EUA, pois os estrategistas militares norte-americanos esperavam entrar em novos conflitos, após a Segunda Guerra Mundial, somente no caso de “um ataque soviético de surpresa aos Estados Unidos, ou uma invasão da Europa Ocidental pelo Exército Vermelho” (KISSINGER, 2012, p.424). Entretanto, ainda assim,

[...] poucos dias após o ataque norte-coreano, Truman reuniu, às pressas, com a mal treinada tropa de ocupação do Japão, uma força expedicionária para executar uma estratégia de defesa local jamais prevista nos planos americanos, nem mencionada ao Congresso (KISSINGER, 2012, p.424).

Da mesma forma que os americanos foram surpreendidos, os comunistas de Moscou e Pyongyang também o foram, pois acreditavam piamente no discurso político de defesa dos EUA de que a Coreia estava fora do perímetro de defesa por eles estipulado, presumindo, equivocadamente, que os capitalistas não se contraporiam à tomada da outra metade da Coreia, já que haviam aceitado a vitória comunista de Mao Tse Tung na China em 1949. Desse modo, Henry Kissinger conclui que a Guerra da Coreia:

[...] nasceu de um duplo mal-entendido: os comunistas, avaliando a região em termos de interesses americanos, não acharam plausível haver resistência na ponta de uma península, quando se concedera quase toda Ásia aos comunistas; os Estados Unidos, analisando em termos de princípios, deram menos importância ao valor geopolítico da Coreia - publicamente desprezado pelos estrategistas americanos - que ao simbolismo de se deixar sem oposição a agressão comunista (KISSINGER, 2012, p.425).

Ao perceberem claramente que a marcha comunista se dava a passos largos, tal expansão não poderia deixar de ser contida. Caso a Coreia fosse conquistada, a orientação japonesa prócapitalismo estaria seriamente comprometida. A cada ano, após a Segunda

Guerra Mundial, o comunismo ampliava sua área de atuação. Kissinger apresenta essa escalada da seguinte forma:

[...] Pusera um pé na Europa Oriental, em 1945, graças à ocupação pelo Exército Vermelho. Vencera na Tchecoslováquia mediante um golpe, em 1948. Conquistara a China numa guerra civil, em 1949. Se os exércitos comunistas, agora, violassem fronteiras internacionalmente reconhecidas, o mundo teria retornado ao clima de antes da guerra (KISSINGER, 2012, p.425).

No início da Guerra, as tropas de Pyongyang pressionaram de tal forma que a força expedicionária dos EUA ficou cercada no perímetro da cidade de Pusan, extremo sul da Coreia, tendo como meta apenas a sobrevivência. Para se contrapor a tal situação, Truman se dedicou à tarefa de mobilizar uma coalizão multinacional a ser empregada na Guerra da Coreia. Tal colaboração internacional serviria a Washington tanto para mostrar que eles não estariam sós numa possível guerra mundial quanto para amenizar a pressão na área financeira, desgastada com os recentes dispêndios em defesa e outros compromissos. Por essas razões, “o governo norte-americano passou a apoiar ativamente o envolvimento do maior número de países no conflito, o que incluía os pequenos Estados” (AMARAL; ALVES, 2015, p.4).

A estratégia adotada pelo general Douglas MacArthur foi a mesma da qual se valera na Segunda Guerra Mundial no Teatro de Operações do Pacífico, evitando superfícies e aproveitando as brechas de seus inimigos¹:

[...] Contra a opinião de seus superiores mais ortodoxos em Washington, ele desembarcou em Inchon (o porto de Seul), mais de 320 quilômetros atrás das linhas inimigas, cortando de Pyongyang as linhas de suprimentos nortecoreanas. O exército norte-coreano desmoronou e o caminho para o norte ficou livre (KISSINGER, 2012, p.429).

Para realizar o desembarque anfíbio em Inchon, MacArthur contou com apoio de contingentes expressivos de países membros da ONU mobilizados por Truman, os quais não entraram no conflito meramente para salvar os sul-coreanos. Antes, tendo como pressuposto o princípio da ação coletiva, estas nações estavam mais interessadas em solicitar o apoio dos EUA em sua própria defesa numa eventual necessidade. Os ingleses, por exemplo, apesar de não estarem tão desejosos quanto os EUA de unificar a Coreia por meio da vitória militar, tinham o mesmo escopo que os americanos: rechaçar a agressão norte-coreana e evitar uma guerra total com a China (ARON, 2001, p.580). A França contribuiu significativamente tanto por meio do Conselho de Segurança da ONU quanto através de seu apoio à contraofensiva:

Desde que o bloco soviético se tornou o inimigo comum, passando a constituir a única ameaça à existência da Europa não comunista, a França

¹ Superfícies e Brechas são conceitos da Guerra de Manobra, onde as superfícies são os fatores de força do oponente e as brechas, os fatores de fraqueza.

passou a ter o mesmo interesse superior dos seus aliados [...] na vitória dos Estados Unidos na Coreia - vitória que, aumentando o prestígio do "irmão maior", contribuía para a segurança de todos os aliados (ARON, 2001, p.582).

Com o sucesso decorrente da ofensiva em Inchon, o presidente Truman precisava decidir o que fazer a partir dali, sendo necessária uma profunda análise tanto militar quanto política. Basicamente, havia três opções: cessar o avanço das tropas no paralelo 38 a fim de reestabelecer o *status quo ante*, cobrar o preço pela agressão ao autorizar uma ocupação mais avançada ou unificar a Coreia ao eliminar as tropas de Pyongyang chegando até a fronteira com a China. Para Henry Kissinger, a melhor escolha seria:

[...] avançar até a faixa mais estreita da península coreana, a 160 quilômetros da fronteira chinesa. Seria uma linha defensável que incluiria 90% da população da península e a capital da Coreia do Norte, Pyongyang, alcançando um êxito político importante sem ameaçar a China (KISSINGER, 2012, p.430).

Com a derrota das forças socialistas que cercavam Pusan, Truman decidiu pela terceira opção, assumindo o risco de cruzar o paralelo 38, ao seguir o conselho de MacArthur, o qual não cria numa possível intervenção chinesa. Dessa forma, os EUA avançaram de tal maneira que se viram mantendo uma frente de mais de 600 quilômetros com o exército de “voluntários” chineses, abrindo mão das vantagens geográficas e demográficas do istmo da península coreana, onde claramente se poderia posicionar uma linha defensiva de 160 quilômetros com uma distância considerável da fronteira chinesa (KISSINGER, 2012, p.430).

Raymond Aron, em sua obra *‘Paz e Guerra entre as Nações’*, afirma que “a natureza de cada guerra depende de muitas circunstâncias que o estrategista precisa compreender, mas que nem sempre pode alterar” (ARON, 2001, p.79). Partindo dessa assertiva, pode-se presumir que o general estrategista de Inchon deixou de considerar alguns fatores por estar agindo ainda sob o ímpeto da grande vitória alcançada.

Destarte, em 26 de novembro de 1950, os chineses lançaram seu contra-ataque, gerando uma expansão do conflito, onde as forças da ONU retraíram novamente para baixo do paralelo 38, o que, por consequência, forçou os governantes norte-americanos a retrocederem em suas intenções na península a fim de evitar a transformação de uma guerra regional numa guerra generalizada. Tal retrocesso ficou claro quando, em abril de 1951, o presidente americano Truman já passava a adotar um discurso de que estava lutando apenas contra a agressão inadmissível ocorrida em junho do ano anterior, buscando impedir a ampliação do conflito e, simultaneamente, garantindo que a luta continuaria até que o inimigo desistisse de destruir a República da Coreia.

Uma última vez se considerou, na primavera de 1951, quais objetivos seriam acessíveis sem a ampliação da guerra. Mas a questão foi logo abandonada e, renunciando a uma vitória local ou parcial, os dirigentes norte-americanos passaram a ambicionar apenas uma paz que equivalia praticamente ao *status quo ante* (ARON, 2001, p.78).

O recuo do governo americano era resultado de uma crença, um tanto exagerada, de que havia um plano de expansão comunista para todo o mundo, e que a invasão de Kim Il Sung seria a primeira fase desse plano, encabeçado pela China e União Soviética, chegando a culminar num ataque geral. Assim, ao mesmo tempo em que ocuparam a península coreana,

[...] buscaram a forma de mostrar a determinação americana de resistir à agressão comunista na área do Pacífico. Juntaram à declaração do envio das tropas uma ordem à Sétima Esquadra para proteger Taiwan contra a China comunista: “A ocupação de Formosa por forças comunistas seria uma ameaça direta à segurança da área do Pacífico e às forças dos Estados Unidos, que cumprem funções legítimas e necessárias naquela área”. Além disso, Truman aumentou a ajuda militar às forças francesas que se opunham à luta pela independência, conduzida pelos comunistas no Vietnã (KISSINGER, 2012, p.428).

Entretanto, os estadistas norte-americanos estavam enganados. Primeiro, pelo fato de Stalin só ter apoiado o ataque de Kim Il Sung quando este lhe garantiu que os riscos de guerra eram baixos. Em segundo lugar, o Kremlin encorajou a China continental a entrar no conflito, muito provavelmente, para aumentar a dependência econômica desta, exigindo pagamento em dinheiro (o que pode ter servido de base para a futura ruptura no bloco socialista). Além do mais, o poderio bélico soviético, se comparado ao americano em termos de armamento nuclear, era muito menor, logo, não valia a pena arriscar-se dessa forma numa guerra geral com os Estados Unidos (KISSINGER, 2012, p.428).

1.3 – DESFECHO

O desfecho da guerra da Coreia somente se deu ao final de três anos, mais precisamente pelo fato de que “durante os dois últimos as negociações chocavam-se, de acordo com as declarações oficiais, contra um único obstáculo: a repatriação dos prisioneiros” (ARON, 2001, p.688). A assinatura de um armistício, em julho de 1953, em Panmunjon, acabou por criar uma “zona desmilitarizada entre as duas Coreias” que “não representou um Tratado de Paz entre os dois países, [...], mas, apenas, um cessar-fogo” (DELLAGNEZZE, 2012, p.6).

Os números da guerra, infelizmente, são assustadores: “3 milhões de coreanos mortos, 5 milhões de refugiados, 10 milhões de famílias separadas, 55 mil americanos mortos, 100 mil

chineses mortos” (MASIERO, 2000, pp.5,6). Mesmo assim, a Coreia do Norte se considerou vitoriosa após o conflito e, nos anos que se seguiram, seguiu uma forte política de isolamento do mundo adotando os princípios da ideologia *Juche*, quais sejam: independência política, autossuficiência econômica e autossuficiência na defesa (JONG IL, 1982, pp.48, 50 e 57).

Entretanto, numa análise preliminar, os EUA aprenderam a empenhar seus esforços numa região distante mesmo tendo afirmado, anteriormente, ser irrelevante. Ante o desafio irrompido, o governo norte-americano não temeu mudar a direção, pois, caso se omitissem à agressão norte-coreana comunista, sua relevância na Ásia ficaria sob séria ameaça, ainda mais na relação com os japoneses (KISSINGER, 2012, p.439). Assim,

os americanos passaram na primeira prova, embora de forma um tanto trabalhosa. A inocência da América foi o outro lado da moeda da imensa dedicação com que os americanos tiveram quase 150 mil mortos e feridos numa guerra sem solução. A crise da Coreia levou ao aumento da força na Europa e à criação da OTAN, que permitiu sustentar o longo teste de resistência em que a Guerra Fria, agora, ia se transformar (KISSINGER, 2012, p.439).

Conforme pontuado por Vágner Alves, a guerra na Coreia mostrou que o conflito ia além das questões meramente circunscritas ao entorno da península coreana, pois, “para os norte-americanos, o conflito era o primeiro teste da política de contenção e podia, caso escalasse, dar ensejo a uma nova guerra mundial” (ALVES, 2007, p.20).

A grande contribuição da Guerra da Coreia para o estudo das Relações Internacionais no início da Guerra Fria foi que não se pode viver nos extremos, como, por exemplo, dando foco exclusivo à vitória militar quando em guerra ou sendo totalmente passivo no que diga respeito aos aspectos militares quando em paz. As Relações Internacionais são contínuas e permanentes, tendo a diplomacia e a guerra como instrumentos que se combinam e coexistem na política de cada nação. “Ora domina uma, ora a outra, sem que nenhuma jamais se retire inteiramente, a não ser nos casos extremos de inimizade absoluta, amizade total ou federação” (ARON, 2001, p. 91).

Capítulo II – A CRISE DE SUEZ

A Crise do Canal de Suez foi um conflito que se instalou, em 1956, no território egípcio, onde, uma tríplice aliança formada pela Grã-Bretanha, França e Israel se opôs ao Egito devido à nacionalização do Canal pelo então presidente desta nação, o coronel Gamal Abdel Nasser (DAVIDI, 2006, p.145).

Também conhecida como Operação Kadesh (palavra hebraica que significa “sagrado” ou “separado”) esta crise pode ser considerada como uma das mais complicadas de se compreender. As razões para se justificar tal complexidade são de natureza econômica, política e étnico-cultural. Econômica, pois o Canal de Suez está localizado numa posição estratégica, ligando o oriente ao ocidente, e, não menos importante, por estar situado na região próxima do globo onde emanam as maiores fontes de petróleo do mundo. Política, pelo fato de, à época do conflito, ser uma área ambicionada principalmente pelas duas grandes potências da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética. Não obstante, o fator étnicocultural assumiu um papel peculiar nessa crise devido às diferenças entre árabes e judeus (LOPES, 2005, p.11).

2.1 – ANTECEDENTES

O Canal de Suez foi idealizado por um cônsul francês no Egito chamado Ferdinand de Lesseps (SAID, 2007, p. 133 *apud* LANNES, 2009, p.57) e tinha como objetivo principal reduzir as longas rotas marítimo-comerciais que ligavam o oriente e o ocidente. Tal encurtamento se daria através da construção deste canal que ligaria El Suweis (Suez, no Mar Vermelho) a Port Said (no Mar Mediterrâneo), possibilitando o aumento do comércio entre a Ásia e a Europa. Assim, “por meio da concessão do governo egípcio, em 1854, os franceses formaram a Companhia Universal do Canal Marítimo Suez, que tinha por objetivo construir o canal e explorá-lo por 99 anos, a partir da sua abertura” (LANNES, 2009, p.57).

De acordo com o estudioso Efraim Davidi, da Universidade de Tel Aviv, a construção do canal foi finalizada apenas em 1869, quinze anos após a criação da Companhia Universal do Suez e, “pelo acordo firmado entre franceses e egípcios, o Canal deveria passar ao controle egípcio em 1968, ou seja, doze anos depois da nacionalização efetuada por Nasser” (DAVIDI, 2006, p.146, tradução nossa).

Contudo, em 1875, devido a uma crise decorrente também dos altos investimentos na construção do canal, o Egito precisou vender seus títulos no canal para os britânicos apenas

seis anos após sua inauguração. Tal transação implicou na garantia da rota da Grã-Bretanha para Índia (LANNES, 2009, p.57) e fez com que o Império ficasse com 44% das ações na companhia, tornando-se seu maior acionista e, por conseguinte, o verdadeiro administrador do canal e arrecadador dos “valores pagos em troca do direito de passagem por suas águas, deixando de lado os franceses e particularmente os egípcios” (DAVIDI, 2006, p.146, tradução nossa).

Não obstante, face à dominação anglo-francesa na região, pressões nacionalistas insurgiram em 1882, forçando a retirada dos franceses, mas, ao mesmo tempo, insuflando os ingleses a bombardear Alexandria, com posterior desembarque de tropas, reestabelecendo o domínio. Ainda na segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1888, os ingleses coordenaram um tratado de internacionalização do canal, onde os europeus saíram favorecidos na esfera comercial (FERRER; MATOS, 2006, p.45). Além do mais, tal era a importância deste acidente capital² que, “no século XX, o canal de Suez tornara-se a principal artéria do suprimento de petróleo à Europa Ocidental” (KISSINGER, 2012, p.468).

Após a Primeira Guerra Mundial, na conferência de San Remo, o Oriente Médio dominado pelo derrotado Império Otomano foi dividido em cinco mandatos sob a égide da então Liga das Nações, onde: a Grã-Bretanha ficaria com o controle da Palestina, Jordânia e Iraque; e a França teria sob seu domínio o Líbano e a Síria. Já o Egito se convertera num estado independente, entretanto, ainda sob forte influência britânica no que dizia respeito aos assuntos políticos. Mais importante que tudo isso, o controle do estratégico Canal de Suez continuaria sob o controle inglês, permanecendo nesse quadro geopolítico até depois da Segunda Guerra Mundial (DAVIDI, 2006, p.146).

Entretanto, com o fim da guerra em 1945, muitas manifestações ocorreram nas maiores cidades egípcias, exigindo a devolução do Canal, o que contribuiu para deteriorar gradativamente a relação entre Egito e Reino Unido (DAVIDI, 2006, p.146). Em 1952, um grupo de oficiais influenciados pelo nacionalismo árabe, conhecido como “oficiais livres”, planejou a derrubada do Rei Farouk, monarca que colaborava com os interesses britânicos no Egito (LANNES, 2009, p.57).

Apoiado pelo líder Gamal Abdel Nasser, em 18 de junho de 1953 Naguib proclamou a república e se tornou presidente. Nasser, no entanto, liderou uma revolta contra seu aliado e saiu vencedor, depôs Naguib e assumiu o governo. Em 1956 conseguiu a aprovação do plebiscito da nova constituição, que lhe permitiu ser eleito pela assembleia nacional e confirmado no cargo

² Ponto estratégico numa região específica em que, ao ser ocupado, garante marcante vantagem tática a quem o possui num determinado conflito.

pelo voto popular, com ampliação de poderes (FERRER; MATOS, 2006, p.46).

Nasser era uma figura emblemática, com personalidade distinta e que, ao apelar ao nacionalismo árabe (principalmente ao se contrapor à criação do Estado de Israel), conquistara as massas da nação egípcia (KISSINGER, 2012, p.469). Ao governar dando foco a uma modernização estrutural tanto na economia quanto na sociedade e no militarismo, acendeu o sinal de alerta para uma Europa que via sua influência no Oriente Médio numa espiral descendente (FERRER; MATOS, 2006, p.46).

O jovem coronel queria desenvolver a economia e fomentar a justiça social, depois de um século de dominação econômica semicolonial inglesa. A Grã-Bretanha dominava a economia egípcia e especialmente fomentava a monocultura do algodão, a matéria-prima que servia as suas indústrias têxteis de Manchester. A limitada industrialização do século XX não conseguiu modificar esta economia fundamentalmente agrária (DAVIDI, 2006, p.148 tradução nossa).

Os Estados Unidos não passaram despercebidos ante as fortes mudanças que ocorreram no Egito. Henry Kissinger afirma que os EUA foram levados ao Oriente Médio tanto pela política de contenção quanto pela doutrina da segurança coletiva. Enquanto esta doutrina encorajava a criação de organizações como a OTAN, visando resistir a prováveis ameaças militares, aquela política demandava aversão ao expansionismo da União Soviética (KISSINGER, 2012, p.470).

Entretanto, as nações do Oriente Médio não se alinharam a esta estratégia de Washington. Pelo contrário, entenderam que Moscou poderia lhes servir de alavanca para arrancar importantes concessões dos norte-americanos à medida que transmitissem a impressão “de que sua conquista pelos comunistas seria maior perigo para os Estados Unidos que para elas mesmas, não sendo necessário, portanto, pagar preço algum pela proteção americana” (KISSINGER, 2012, p.470).

Esse não alinhamento de Nasser era resultado de um movimento recém-formado que, por sua vez, era consequência do início do processo de descolonização da Ásia e da África, onde os Estados que passaram a existir decidiram se posicionar nem voltados para os Estados Unidos nem para a União Soviética. Seguindo numa terceira opção, buscariam a independência de suas metrópoles e o desenvolvimento de suas nações através da colaboração econômica entre africanos e asiáticos. O marco inicial desse movimento se deu na Conferência de Bandung, em 1955 (LOPES, 2005, p.20).

Nesse jogo de interesses entre egípcios de um lado e ingleses, americanos e russos do outro, o que se viu foi a frustração destes três últimos. A Inglaterra, forçando Nasser a se submeter, acabou sendo forçada a retirar sua base militar do canal por pressões dos EUA em

1954. Este, por sua vez, ao tentar trazer o líder nacionalista para sua política de contenção, acabou por afastá-lo com a tentativa de implementação do Pacto de Bagdá³, visto que Nasser o compreendia como um meio para restaurar o domínio colonial no Oriente Médio. Por outro lado, a URSS via na aproximação com o Egito a possibilidade de romper a contenção norte-americana, granjeando um importante aliado nessa região estratégica. Todavia, os custos para arcar com essa parceria se tornaram pesados demais com o decorrer dos anos (KISSINGER, 2012, pp.470,471).

Muito divididos para adotar medidas contra a influência soviética na região, a Inglaterra e os Estados Unidos, a seguir, tentaram persuadir o Egito a abandonar Moscou, mostrando as vantagens do campo ocidental. Tomaram duas providências com esse fim - fazer a paz entre Egito e Israel e ajudar Nasser a construir a represa de Assuan (KISSINGER, 2012, p.472).

No que diz respeito à paz entre Egito e Israel, esta se mostrava inviável à medida que isso implicaria na perda da liderança de Nasser no mundo árabe, algo que era muito cobiçado por ele. Para não perder o prestígio entre seus irmãos, Nasser propôs que Israel cedesse o deserto no Neguev, praticamente metade do território conquistado pelos israelenses em 1948. Os hebreus não aceitaram tal proposta, porém, insistiram num acordo de paz, até mesmo com a abertura das fronteiras. Tal acordo, contudo, implicaria num formal reconhecimento do novo Estado e, dessa forma, um impasse foi gerado (KISSINGER, 2012, p.472).

Por outro lado, no que tange à ajuda para construir a Alta Represa de Assuan⁴, a concretização deste projeto proporcionaria o controle do fluxo das águas do rio Nilo. Destarte, milhões de agricultores poderiam tirar proveito desta obra, melhorando suas condições financeiras (DAVIDI, 2006, p.148). EUA e Reino Unido financiariam tal empreendimento, o que levaria mais uma vez o Egito a uma dependência financeira com estas nações do ocidente, aos moldes do ocorrido no século anterior.

Contudo, em maio de 1956, Nasser passou a estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China, governada por Mao Tse Tung, materializando uma crítica aberta aos Estados Unidos que não reconheciam tal regime. No mês seguinte, como se não fosse suficiente o fato anterior, “o novo ministro do exterior soviético, Dimitri Shepilov, veio ao Egito, com uma oferta soviética de financiar e de construir a represa de Assuan” (KISSINGER, 2012, p.474).

³ Este pacto foi o resultado do conceito formulado por Eisenhower conhecido como “a Barreira do Norte de nações - composta de Turquia, Iraque, Síria e Paquistão, com o Irã como possível participante, mais tarde”. Era uma versão da OTAN para o Oriente Médio, com o objetivo de conter a União Soviética em suas fronteiras do sul (KISSINGER, 2012, p.471).

⁴ Com 111 metros de altura e quase cinco quilômetros de extensão, a represa de Assuan seria erguida no alto Nilo, perto da fronteira com o Sudão (KISSINGER, 2012, p.473).

Assim, estes dois acontecimentos permitiam, nas palavras de Kissinger (2012, p.474), “que Nasser se dedicasse a seu passatempo predileto, de jogar as superpotências uma contra a outra”. Entretanto, “o reconhecimento da China comunista pelo líder egípcio foi a última gota” levando, em 19 de julho, o Secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, a chegar “à conclusão de que a represa estava além da capacidade econômica do Egito. Não haveria mais ajuda”.

Desse modo, como os pedidos de ajuda financeira ao Reino Unido e EUA não prosperaram, Nasser anunciou num discurso inflamado que os países ocidentais não tinham mais interesse em financiar o projeto da represa de Assuan. No dia 21 de julho, a URSS também declarou que não possuía os meios para realizar esta obra (DAVIDI, 2006, p.148). Considerando tais gestos como um insulto, Nasser decidiu que a barragem de Assuan seria bancada com recursos advindos da nacionalização da Companhia do Canal de Suez (FERRER; MATOS, 2006, p.46).

Falando à multidão em Alexandria, em 26 de julho de 1956, Nasser [...] disse à multidão: “Jamais diremos que a batalha da Argélia não é a nossa batalha”. No meio do discurso, Nasser pronunciou o nome de Ferdinand de Lesseps, o francês que construíra o canal de Suez. Era o código para as forças militares egípcias ocuparem o canal. (KISSINGER, 2012, pp.474,475)

2.2 – DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO

A nacionalização de algum empreendimento de grande monta no Oriente Médio não era uma novidade, pois, já em 1951 o primeiro-ministro iraniano Mossadegh nacionalizara “a indústria de petróleo do Irã [...] exigindo a retirada das tropas inglesas que protegem o complexo petrolífero, em Abadan” (KISSINGER, 2012, p.468).

Após o anúncio da nacionalização do Canal de Suez, três líderes mundiais viram neste acontecimento a oportunidade de mudarem o rumo da história no Oriente Médio. São eles: o israelense Ben-Gurion, o qual almejava que Israel se tornasse a principal potência na região (DAVIDI, 2006, p.149); o primeiro ministro britânico Antony Eden que procurava reocupar militarmente a região que acabara de evacuar, o que foi surpreendente; e o socialista francês Guy Mollet, ansioso por reafirmar o papel da França no norte da África e que procurava solucionar de qualquer forma a questão da Argélia (ARON, 2001, p.686).

A guerra da Argélia se desenvolvia desde novembro de 1954. A rebelião, que a princípio tinha um caráter local, se estendia como um incêndio [...]. Esta rebelião, de origem indiscutivelmente argelina, estava apoiada pelos serviços de inteligência egípcios e o quartel-general dos rebeldes estava localizado no Cairo (DAVIDI, 2006, p.149 tradução nossa).

Ainda nesse ínterim, Mollet temia que o Egito, ao adquirir armamento soviético, se tornasse um ponto da rota de abastecimento de armas para os rebeldes argelinos. Outrossim, considerava Nasser como o Hitler do Oriente Médio que pretendia reconquistar as terras do Islamismo (KISSINGER, 2012, p.475).

Tanto Eden quanto Mollet tomaram uma postura clara de que não recuariam ante a medida de Nasser. Enquanto Eden declarava que, caso não fosse tomada nenhuma atitude consistente, a influência ocidental na região estaria seriamente comprometida, Mollet informou seu vizinho europeu que os franceses estariam dispostos a colocar tropas sob o comando inglês, inclusive mobilizando tropas oriundas da Argélia para combater no Egito (KISSINGER, 2012, p.476).

Indo numa direção contrária a de seus principais aliados na Europa, com o intuito de buscar solução diplomática para a crise instaurada, Washington propôs, em agosto, a realização de uma conferência marítima em Londres para formular um sistema de navegação internacional livre pelo Canal de Suez. Tal linha de ação estava em conformidade com o preconizado pelo presidente norte-americano Dwight Eisenhower, o qual não desejava, de forma geral, empregar a força para alcançar seus objetivos. Entretanto, em 10 de setembro, Nasser rejeitou as propostas da Conferência Marítima de Londres (KISSINGER, 2012, p.476,478,480).

O dilema que os governantes norte-americanos enfrentaram era ao mesmo tempo claro e dramático. Apoiar os franceses e ingleses, ou desculpá-los, significava alienar a opinião afro-asiática, renegando toda uma tradição de rejeição da força. Condenar a Inglaterra e a França era dar ao bloco comunista uma vitória gratuita, prejudicar a Aliança Atlântica, favorecer talvez o domínio soviético no Oriente Próximo (ARON, 2001, p.588).

Após o fracasso nas tentativas de obter o apoio dos EUA em sua contraofensiva, Inglaterra e França buscaram apoio na ONU mesmo sabendo da probabilidade de não obtê-lo devido à solidariedade, do grupo não alinhado, ao Egito. Na realidade, tal procura nas Nações Unidas foi apenas um “gesto superficial” para legitimar o ataque em face da “inutilidade da organização mundial”, mostrando que “a ONU, assim, passou de instrumento de solução de disputas internacionais a um obstáculo final a ser removido antes de recorrer-se à força e até, em certo sentido, como desculpa para tal” (KISSINGER, 2012, p.483).

Desse modo, França e Grã-Bretanha formaram uma aliança com Israel, a qual foi concretizada em encontros secretos na região de Sèvres, na França, no final de outubro de 1956, onde se formulou uma conspiração contra o Egito – posteriormente conhecida como Protocolo de Sèvres –, estabelecendo até mesmo em que momentos as forças armadas de cada

um desses países deveriam atuar e como se daria a ocupação da península do Sinai pelos israelenses. Estes, por sua vez, conseguiram convencer seus aliados franceses de que os combates teriam sucesso e curta duração (DAVIDI, 2006, p.149).

Alheias ao furor internacional que as esperava, a Inglaterra e a França multiplicaram seus problemas políticos, adotando uma estratégia militar tão premeditada que teve a aparência de protelação. Em 29 de outubro, Israel invadiu o Sinai. [...] Em 31 de outubro, Inglaterra e França anunciaram que interviriam na área (KISSINGER, 2012, p.484,485).

O Estado Maior de Israel justificou seus ataques informando que se tratava de uma resposta aos repetidos atentados perpetrados por tropas irregulares palestinas contra a população de Israel e, também, que buscava garantir a liberdade de navegação dos navios de bandeira israelense nas águas do Canal e do Mar Vermelho. Honrando os compromissos assumidos secretamente em Sèvres, Grã-Bretanha e França publicaram um comunicado exigindo a retirada das tropas israelenses e egípcias de ambos os lados do Canal, onde apenas Israel respondeu positivamente. (DAVIDI, 2006, p.149,150).

A consequência da resposta negativa do Egito (já prevista) foi respondida com um ataque anglo-francês às instalações militares egípcias, mesmo sem o aval da ONU. De igual modo, “o governo israelense publicou uma declaração onde se indicava ‘o assombro’ frente a ação da Grã-Bretanha e França” (DAVIDI, 2006, p.150 tradução nossa).

Entretanto, os Estados Unidos se posicionaram veementemente contrários aos ataques de seus aliados. Primeiramente, ordenando a retirada das forças israelenses quando estas cruzaram a linha do armistício. Em seguida, após a ofensiva anglo-francesa, declarando em discurso televisivo ser um erro o emprego da força para resolver disputas internacionais (KISSINGER, 2012, p.485).

Enquanto os EUA ameaçavam repressões no aspecto econômico, a URSS foi mais incisiva ao ameaçar “bombardear Londres e Paris, caso não houvesse um cessar fogo contra o Egito”. Assim, diante de tão grave conjuntura, a ONU levou para o Conselho de Segurança a proposta de cessar-fogo e retirada das tropas agressoras que ameaçavam a paz internacional. Como já era de se esperar, França e Inglaterra vetaram tal proposta⁵, conduzindo a questão para a Assembleia Geral⁶, da 1ª Sessão Especial de Emergência, convocada sempre que “um veto bloqueasse uma decisão ameaçando a paz mundial” (LOPES, 2005, p.8).

⁵ De acordo com Kissinger (2012, p.485), “esta foi a primeira e única vez em que os Estados Unidos votariam com a União Soviética contra os seus aliados mais próximos”.

⁶ O mesmo procedimento se deu na Guerra da Coreia, quando a URSS vetou a mobilização de uma Força de Intervenção para socorrer a Coreia do Sul.

Em 2 de novembro, a Assembleia Geral exigiu o fim das hostilidades por uma votação esmagadora, de 64 a 5. Em sessão que atravessou a noite, de 3 para 4 de novembro, ela passou uma resolução ainda mais forte e começou a discutir uma força de paz para o canal [...]. Em 5 de novembro, a força de paz das Nações Unidas foi criada. (KISSINGER, 2012, p.485).

Após a aprovação da UNEF I – *United Nations Emergence Force I*⁷ – foram definidos, no dia 6 de novembro, missão, efetivos, organização, meios para obtenção de recursos, etc. (LOPES, 2005, p.9) “A Missão foi criada para proteger e supervisionar a cessação das hostilidades, incluindo a retirada das forças armadas da França, de Israel e do Reino Unido do território egípcio e, após a retirada, para servir como um amortecedor entre forças egípcias e israelenses” (EXÉRCITO BRASILEIRO, s.l., s.d.).

A UNEF foi formada por contingentes do Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia, e tinha como principal objetivo orientar a pacificação da área, colocando-se entre as forças egípcias e israelenses para evitar um novo confronto entre as duas nações. Dessa forma, a missão de paz se estabeleceu na faixa de Gaza ao longo da ADL, *Armistice Demarcation Line*⁸, sendo seu comandante o general canadense D. D. M. Burns, o qual já se encontrava no Oriente Médio a serviço da ONU. (FERRER; MATOS, 2006, p.49)

Conforme assinalado pelo EXÉRCITO BRASILEIRO (s.l., s.d.), a atuação da Força de Emergência se desenvolveu em quatro fases distintas: primeiro, focando na retirada das forças franco-britânicas de Port Said; em seguida, centrada na retirada das forças israelenses da península do Sinai; após isso, o mesmo se deu na Faixa de Gaza e na região de Sharm-elSheikh⁹; e por último, dando início à implantação da UNEF ao longo das fronteiras entre o Egito e Israel, atuando como um “tampão informal entre as forças egípcias e israelenses ao longo da Linha de Demarcação de Armistício, para observar e informar sobre todas as violações dessa Linha em terra, mar ou no ar, mantendo a paz nas áreas sensíveis”.

Os efetivos da Força de Paz não poderiam participar do conflito; deveriam apenas observar as duas partes conflitantes: judeus e árabes. Dessa forma, em suas atividades previstas na missão de paz, o batalhão brasileiro foi incumbido de guardar um setor [...] que se estendia por 50 quilômetros. Foram instalados Postos de Observação (PO) encarregados de impedir o cruzamento da linha de armistício do conflito. Assim, “à noite, os PO lançavam patrulhas que percorriam a pé o trecho que lhes competia vigiar, e recebiam apoio de grupos dispostos mais à retaguarda” (ANDRADE, 1985, p.173 *apud* FERRER; MATOS, 2006, p.51).

As primeiras tropas de pacificadores chegaram ao Egito no dia 15 de novembro de 1956, “usando seus respectivos fardamentos nacionais e capacete azul-claro e distintivo da ONU no

⁷ Primeira Força de Emergência das Nações Unidas.

⁸ Linha de Demarcação do Armistício.

⁹ Faixa na costa ocidental do Golfo de Aqaba que, atualmente, assegura a liberdade de navegação no Estreito de Tiran e no Golfo Pérsico (EXÉRCITO BRASILEIRO, s.l., s.d.).

braço” (FERRER; MATOS, 2006, p.49). No entanto, o contingente brasileiro, no valor de tropa um Batalhão de Infantaria, chegou apenas em janeiro de 1957, com cerca de 600 militares, sendo conhecidos como o “Batalhão Suez”, materializando a primeira experiência brasileira numa missão de paz das Nações Unidas (EXÉRCITO BRASILEIRO, s.l., s.d.).

2.3 – DESFECHO

A aliança entre britânicos, franceses e israelenses se desfez poucos dias após a invasão planejada. Efraim Davidi menciona que Nasser, apesar de ter perdido a Batalha de Suez, venceu no campo político, visto que o Canal permaneceu nacionalizado e sob seu total controle. Além disso, ele consolidou a aproximação com a União Soviética e a Represa de Assuan foi construída. Em março de 1957, Israel, sob o olhar dos Estados Unidos, teve que abandonar toda a região egípcia ocupada e aderiu aos princípios da doutrina Eisenhower no mês seguinte. A França perdeu a Argélia cinco anos depois (DAVIDI, 2006, p.151).

Henry Kissinger aponta outros fatores que colaboram para uma análise mais sólida do desfecho do conflito. Citando Keith Kyle, Kissinger aponta para o fato de que a humilhação sofrida por Inglaterra e França mostrou para o mundo tanto que estes países eram potências de segundo escalão como que o sistema internacional deixara de ser eurocêntrico.

A consequência mais profunda da crise de Suez ocorreu de ambos os lados da linha divisória da Europa Central. Anwar Sadat, então chefe da propaganda do Egito, escreveu em 19 de novembro: “Só há duas grandes potências no mundo hoje, os Estados Unidos e a União Soviética. O ultimato botou a Inglaterra e a França em seus devidos lugares, de nem grandes, nem potências” (KYLE, 1991, p. 477 *apud* KISSINGER, 2012, p.490).

Além disso, ingleses e franceses, ao darem a impressão de dependerem da ajuda de Israel para combater o Egito, manifestaram as fragilidades existentes no seio de seu sistema bélico. E, como se não bastasse tal consequência negativa, a Inglaterra perdeu sua força na Jordânia e no Iraque. Por outro lado, Israel, ao atacar seu vizinho aos moldes dos países imperialistas, perdeu a vantagem moral que seria a recusa de Nasser a discutir a paz (KISSINGER, 2012, p.484).

Raymond Aron corrobora com essa linha de raciocínio ao afirmar que franceses e ingleses falharam pelo fato de, dentre outros motivos, Nasser não ter sido derrubado nem surgido outro Estado. Pelo contrário, ao ser encorajado pelo embaixador soviético e, também, face ao posicionamento norte-americano não alinhado com o de seus aliados europeus, Nasser se fortaleceu e se manteve no poder (ARON, 2001, p.31).

Apesar de toda a dor causada, a crise de Suez marcou a ascensão americana à liderança mundial. Com um suspiro de alívio, os Estados Unidos aproveitaram-se do episódio de Suez para desvincular-se de aliados que sempre consideraram culpados da praga da *Realpolitik*¹⁰ e da devoção doentia ao equilíbrio de poder. Mas, sendo a vida como é, os Estados Unidos não saíram ilesos. Suez veio a ser a iniciação americana às realidades do poder global, e uma das lições foi que o vácuo sempre é preenchido, a questão não é saber se o será, mas por quem (KISSINGER, 2012, p.491).

Ao se posicionarem desfavoravelmente vis-à-vis a Europa, os Estados Unidos arcaram sozinhos com a responsabilidade de proteger o mundo livre. E isso lhes custou caro, pois, dez anos mais tarde, se viram combatendo no Vietnã sem apoio algum pelo fato de seus aliados terem se afastado usando as mesmas premissas que os norte-americanos haviam usado para se abster do emprego da força na Crise do Suez (KISSINGER, 2012, p.492).

No tocante à participação brasileira na região, a qual perdurou por mais de dez anos, o Exército Brasileiro (EB) contribuiu com cerca de 6.300 militares, “divididos em 20 (vinte) contingentes, que se revezavam a cada seis ou sete meses, havendo necessidade, na época, de convocar reservistas e prepará-los para compor os efetivos” (EXÉRCITO BRASILEIRO, s.l., s.d.). Ademais, dois oficiais gerais brasileiros exerceram o comando operacional da UNEF¹¹, ratificando o profissionalismo dos militares brasileiros nessa missão.

A participação do Brasil na UNEF I – e a própria UNEF como um todo – foi encerrada após o pedido de Nasser para que as Forças de Paz se retirassem. Entretanto, no decorrer dos preparativos para o regresso ao Brasil, “Israel atacou o Egito, na chamada Guerra dos Seis Dias, em que o Egito, Síria e Jordânia foram bombardeados pela força aérea israelense” (FERRER; MATOS, 2006, p.51,52).

¹⁰ Palavra alemã cuja tradução, Política Realística, refere-se à política do Poder ou diplomacia baseada principalmente em considerações práticas, em detrimento de noções ideológicas. Normalmente é utilizada pejorativamente, indicando políticas coercitivas e maquiavélicas.

¹¹ General Carlos Paiva Chaves, de janeiro a agosto de 1964 e General Sizen Sarmento, de janeiro de 1965 a janeiro de 1966 (EXÉRCITO BRASILEIRO, s.d.).

Capítulo III – A NÃO PARTICIPAÇÃO NA GUERRA DA COREIA

“No início dos anos 1950, quando a Guerra Fria ameaçava esquentar para valer com a crise coreana, o governo brasileiro recusou-se a contribuir militarmente para a contenção do comunismo na Ásia, apesar das pressões de Washington” (ALVES, 2007, p.209). Esta sentença resume, de forma sucinta, o resultado do processo para a tomada de decisão em não participar da aliança formada para combater na Coreia.

O professor Eurico de Lima Figueiredo, diretor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), cita, no prefácio de *‘Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à guerra’*, que “se, no caso da Força Expedicionária Brasileira – FEB, o governo dos Estados Unidos, no início dos anos 1940, foi pouco encorajador do empreendimento, no caso da Guerra da Coreia, no início da década seguinte, a situação foi inversa” (*apud* ALVES, 2007, p.13).

Numa linha de raciocínio diferente da supracitada, a doutora Mônica Hirst compreende que Washington via o Brasil com olhos de indiferença no início dos anos 50.

Ao contrário do período da Segunda Guerra, quando a América Latina como um todo – e o Brasil em particular – havia ocupado em lugar prioritário na agenda internacional norte-americana, prevalecia um total desinteresse quanto à região latino-americana. Esta marginalidade econômica e militar constituiria um forte impedimento para que Vargas aplicasse sua antiga estratégia de negociar proveitosamente o alinhamento brasileiro à política externa norteamericana (HIRST, 1990, p.1).

Entretanto, este argumento entra em conflito com a relativa importância que o Brasil representava para Washington, a qual é apontada por Vágner Alves da seguinte maneira:

Especificamente em relação a contribuições para a Guerra na Coreia, o Exército Brasileiro, além de ser o maior, era também o único com prévia experiência moderna em combate e também o único, como destacou Miller, dotado de substancial volume de equipamento norte-americano (ALVES, 2007, p.146).

Ora, se os EUA mostravam interesse de que o Brasil enviasse um contingente militar para compor a coalizão, inclusive com propostas de cooperação econômica em troca, é extremamente válido que se coloque em pauta as motivações, tanto de ordem externa quanto de ordem interna, que levaram o presidente Vargas, em seu segundo mandato, a agir politicamente de tal forma a dificultar o envio de tropas, praticamente inviabilizando-o por completo.

3.1 – FATORES EXTERNOS

Inicialmente, para que se alcance a compreensão dos reais interesses norte-americanos numa possível participação brasileira no conflito, faz-se necessário assimilar o conceito da doutrina de contenção elaborada pelo presidente Truman. Esta doutrina tinha como propósito a contenção ao comunismo soviético através de políticas como: auxílio na recuperação econômica das nações mais desenvolvidas tanto na Europa quanto no Japão, através do Plano Marshall; apoio bélico a países propensos à insurreição do comunismo; e formação de grandes alianças militares, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), voltada para os países europeus, e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR¹²), com foco nos latino-americanos (ALVES, 2007, p.130).

Entretanto, dois eventos marcaram a necessidade de um esforço maior na implementação da política de contenção, a saber, o domínio da energia atômica pelos soviéticos e a vitória do comunista Mao Tse Tung na Guerra Civil chinesa, ambos ocorridos em 1949. Para se contrapor a estes avanços, os EUA triplicaram seus gastos militares, reforçando militarmente seus principais aliados no extremo oriente, implementando reforços às tropas na Alemanha e criando novas bases aéreas e navais na Grécia e Turquia (ALVES, 2007, p.132).

Buscando legitimar uma contraofensiva ao ataque norte-coreano, os EUA agiram politicamente na ONU de modo a ser aprovada uma resolução onde se encorajava a utilização, por parte de seus países-membros, de todas as formas possíveis a fim de reestabelecer a situação anterior à agressão de Kim Il Sung. Assim, após autorização do “uso da força para expulsão dos norte-coreanos, o Departamento de Estado iniciou esforços para conseguir a participação, pelo menos simbólica, do maior número de combatentes na guerra” (ALVES, 2007, p.137). Com isso, Truman poderia se valer da ONU para contribuir com sua Doutrina de Contenção.

Ainda nesse ínterim, os países que porventura assumissem o compromisso de participar no conflito deveriam arcar com todos os custos de ordem logística e, caso necessitassem de algum aporte financeiro dos EUA para tal, deveriam ser ressarcidos posteriormente. Logo, como essas condicionantes eram um fator limitante para que países

¹² Assinado no Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1947, com a presença, inclusive, do secretário de Estado norte-americano, Marshall, o TIAR integrava o sistema interamericano ao sistema mundial e previa mecanismos de manutenção da paz e segurança do hemisfério ocidental (CERVO; BUENO, 2002, p.291).

pequenos como o Brasil se aventurassem nessa campanha, a busca por novos aliados pouco avançou (AMARAL; ALVES, 2015, p.4).

Dentro desse contexto de insegurança, a América Latina, ainda que distante geograficamente das principais nações comunistas da época, não ficou de fora da influência da Doutrina Truman.

O papel principal dos latino-americanos era manter a região livre da sedição comunista, apoiar a posição norte-americana nos foros internacionais, e mobilizar sua produção de matérias-primas para responder ao incremento da produção bélica dos Estados Unidos (ALVES, 2007, p.132).

Conforme salientado por Mônica Hirst, “os Estados Unidos [...] percebiam o envolvimento do Brasil na Guerra da Coreia como uma maneira de comprometer outros países latino-americanos com a contenção do comunismo na Ásia” (HIRST, 1990, p.9). Entretanto, inicialmente, o Brasil não contribuiu com um contingente em virtude do presidente à época do início dos embates, o General Eurico Gaspar Dutra, já estar nos últimos meses de governo, não desejando comprometer o próximo presidente com uma questão diplomática desse porte. Destarte, do mesmo modo com que o representante brasileiro na ONU, Osvaldo Aranha, seguiu a orientação dos Estados Unidos na questão da não admissão da China Popular (CERVO; BUENO, 2002, p.293), Dutra se limitou a apoiar os norte-americanos na esfera da diplomacia (ALVES, 2007, p.139).

Após o desembarque anfíbio em Inchon, em setembro de 1950, houve uma melhora no contexto bélico na península e, conseqüentemente, parecia que a guerra se findaria brevemente. Tal era essa sensação que, no início de novembro, Marshall chegou a aconselhar Acheson, secretário de Estado dos EUA, “a não prosseguir em seus esforços para recrutar contribuições militares para a Guerra da Coreia” (ALVES, 2007, p.138). Isto posto, supunha-se que o Brasil não precisaria mais se preocupar com essa questão.

Contudo, com a contraofensiva chinesa no final de novembro, foi convocada, em dezembro de 1950, a IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos¹³, buscando afugentar qualquer possibilidade de avanço comunista na América Latina. Vizentini (1995, p.65) explica que os EUA na verdade queriam

[...] estreitar a integração subordinada das economias periféricas, sob o pretexto da instauração de uma economia de guerra de escala planetária. Além disso, Truman insistiu com vários países para que enviassem contingentes militares, que, do ponto de vista bélico, seriam de valor bastante

¹³ Tal Reunião teve como propósito o “Perigo de agressão internacional comunista. Resolução aprovada pelo Conselho Permanente da OEA em 20 de dezembro de 1950, depois de tomar conhecimento da nota dos EUA solicitando essa convocação.” Disponível em < <https://www.oas.org/consejo/pr/RC/atas.asp> > acesso em 12/10/2019.

limitado, visto que a esmagadora maioria das forças sob a bandeira da ONU na Coreia era composta por norte-americanos. O objetivo consistia muito mais em legitimar a atuação de Washington e estreitar os vínculos diplomáticos com aliados menores.

Getúlio Vargas não esperou a conferência iniciar para atuar nas questões relacionadas à Política Externa. Eleito, mas ainda não empossado, expôs ao embaixador dos EUA a lealdade brasileira diante da situação de emergência oriunda da agressão comunista e, aproveitando o ensejo, fez alusão ao fato de que

[...] a economia de guerra impunha ônus aos recursos das nações menos desenvolvidas numa escala maior do que sobre as industrializadas, em razão do que se fazia necessário o robustecimento da estrutura econômica brasileira “para que ela suportasse sem catástrofe as dificuldades e as anomalias de um novo período excepcional” (CERVO; BUENO, 2002, p.296,297).

Sentindo que o momento era favorável para reivindicar a cooperação econômica de Washington, o governo brasileiro elaborou um memorando onde era estabelecida a nova política exterior brasileira, o qual serviria como fonte para a IV Reunião de Consulta. Neste documento constava, além do interesse do Brasil na criação de um organismo que se preocupasse em dar prosseguimento aos entendimentos bilaterais com os EUA, uma relação de 14 empreendimentos que exemplificavam como a cooperação norte-americana contribuiria para o desenvolvimento econômico nacional:

[...] construção de hidrelétricas; obras de aproveitamento econômico do vale do São Francisco; construção e montagem de refinarias de petróleo; de duas usinas de azoto sintético; de novas instalações para ampliação da siderúrgica de Volta Redonda (além da construção e montagem de outra siderúrgica); dragagem, construção e aparelhamento de portos, bem como aquisição de navios mercantes; plano para o aproveitamento do carvão; cooperação financeira e técnica para eletrificação de vias férreas; financiamento para transporte e estabelecimento de imigrantes; implantação de indústrias de beneficiamento de matérias-primas; estudo das riquezas naturais nacionais por companhias mistas americano-brasileiras que seriam criadas; construção e montagem de uma usina de álcalis em Cabo Frio, além de estudos para uma outra no norte do país; silos para cereais, armazéns e navios frigoríficos; e, finalmente, peças e equipamentos para a aviação comercial (CERVO; BUENO, 2002, p.296).

Fazendo um paralelo com os acordos de 1942, quando o mesmo Getúlio ocupava o cargo de presidente, vê-se a similaridade entre interesses de outrora e as ambições da época em análise.

Mais uma vez o trunfo do Brasil relacionava-se aos interesses políticomilitares dos Estados Unidos. Em 1942 estes interesses definiam-se pela utilização das bases no Nordeste brasileiro, pelo suprimento de materiais estratégicos e pelo próprio rompimento do Brasil com o Eixo. Quase dez anos depois a barganha se dava em torno do suprimento de materiais estratégicos, da participação de tropas brasileiras na Coreia e do

alinhamento incondicional à política de guerra fria norte-americana (HIRST, 1990, p.9).

Ao final da Conferência, realizada em Washington, no período de 26 de março a 7 de abril de 1951, o chanceler João Neves da Fontoura estava confiante no que dizia respeito à obtenção de alguns privilégios junto à Washington. Somado ao fato de ele “ter sido o único ministro a ser recebido para negociações bilaterais, pelo presidente Truman e seu secretário de Estado” (ALVES, 2007, p.139), Fontoura visualizava no conjugado entre a cooperação políticomilitar e econômica a via de acesso¹⁴ para o desenvolvimento brasileiro. Mônica Hirst salienta que foi “neste contexto que se somaram aos entendimentos de venda de materiais estratégicos as conversações para o envio de tropas brasileiras à Coreia” (HIRST, 1990, pp.8,9).

Criada em dezembro de 1950, a proposta da comissão chegou num momento em que as relações entre os dois países estavam enfraquecidas, num grau abaixo do pós-guerra. Conforme levantado por Alves, “a ideia da ‘aliança especial’ com os norte-americanos estava por trás dos esforços de todos aqueles que buscaram constituir a FEB nos anos 1940” (ALVES, 2007, p.23). Todavia, esta aliança não havia se concretizado.

Instalada no Rio de Janeiro em 19 de julho de 1951, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos integrava técnicos de ambos Estados que eram responsáveis por elaborar projetos a serem apreciados pelo BIRD¹⁵ e o *Eximbank*¹⁶. A Comissão passou por um abalo quando Vargas tomou duas iniciativas que, aos olhos dos EUA, dava a entender que Vargas estava favorecendo a esquerda nacionalista:

o envio da mensagem ao Congresso, em dezembro de 1951, sobre a criação da Petrobrás, e o decreto de janeiro de 1952 sobre a regulamentação da remessa de lucros pelas empresas estrangeiras estabelecidas no país. Pelo decreto, só podia retornar o capital estrangeiro que efetivamente tivesse entrado no país, de conformidade com o que fora registrado na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil (CERVO; BUENO, 2002, p.299).

Não obstante, os ânimos se acalmaram após a visita de Dean Acheson, secretário de Estado norte-americano, em julho de 1952. Um dos resultados da Comissão Mista foi a criação do BNDE¹⁷ – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) –, o qual ficaria responsável por “financiar e gerir os recursos para esses projetos captados no Brasil ou no *Eximbank* e no BIRD, responsáveis pelo financiamento em moeda estrangeira” (D’ARAÚJO, s.d., s.p.).

¹⁴ A expressão “via de acesso” é um termo militar que denota um caminho dentro de uma determinada área que incide numa elevação cuja posse dá grande vantagem no campo de batalha.

¹⁵ Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

¹⁶ *Export-Import Bank* - Banco de Exportação e Importação.

¹⁷ Criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628.

Fato anterior à instalação da Comissão Mista Brasil-EUA, no final do mês de junho, o Secretário Geral das Nações Unidas, Trygve Lie, havia pedido formalmente ao Brasil contribuições para a Guerra da Coreia. Por conseguinte, agindo em consonância ao previsto no Art. 179 da Constituição Federal (BALEEIRO, 2012, p.64), Getúlio constituiu o Conselho de Segurança Nacional a fim de providenciar uma resposta, chegando à decisão de enviar o então Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (CEMFA), General Góes Monteiro, para os EUA a fim de tratar o caso (ALVES, 2007, p.142).

A viagem de Góes Monteiro, em suma, foi um fracasso no ponto de vista dos norte-americanos. Isto pode ser explicado em razão tanto das instruções que o general recebera de Vargas quanto das diferentes expectativas com relação à Comissão Mista Militar, as quais ficaram mais claras com esta visita.

O primeiro ponto desta frustração é que Vargas dera longas instruções que, na prática, inviabilizavam a formação de uma expedição brasileira para a Coreia. Além de condicionar a decisão da participação do Brasil ao auxílio econômico e militar dos EUA, enfatizava que os problemas de ordem interna eram graves, cogitando ser mais útil fornecer matérias-primas estratégicas e impedir a infiltração comunista no Brasil e, por conseguinte, na América Latina (ALVES, 2007, pp.142,143).

O segundo mote era a disparidade de interesses entre brasileiros e norte-americanos no que tange o propósito da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Para este, a Comissão servia como instrumento político. Porém, para aquele, era uma forma de se expandir os meios para se gerar o desenvolvimento econômico do Estado Brasileiro (HIRST, 1990, pp.14,15). Tanto que

Um dos responsáveis pela Comissão dentro da administração Truman deixou bastante clara esta diferença ao afirmar: “A operação completa, no que dizia a respeito aos Estados Unidos, era basicamente política e não econômica. Nós concordamos com ela por razões políticas e não econômicas. Nós queríamos recuperar nossas relações enfraquecidas com o Brasil” (HIRST, 1990, p.15).

Apesar da missão diplomática do General Góes Monteiro apontar para uma resposta negativa por parte de Vargas, o presidente não deixou de alinhar-se à política de defesa de Washington, pois, poucos meses após o retorno do CEMFA, foram assinados dois acordos: um para exportação de matérias-primas estratégicas e outro relativo à cooperação militar entre Brasil e EUA (ALVES, 2007, p.176).

Em 21 de fevereiro de 1952, o governo fez acordo com os Estados Unidos para a venda de minerais atômicos mediante promessa de financiamento para a economia. O acordo militar, então em processo de negociação entre os dois países, também contribuiu para a aceitação, pelo Brasil, do ajuste, segundo o

qual ele forneceria, no prazo de três anos, 7.500 toneladas de monazita e igual quantidade de sais de cério e foi feita sem as então chamadas “compensações específicas”, que consistiam na transferência de técnicas e na aquisição facilitada de equipamentos para o desenvolvimento do uso industrial da energia atômica no país (CERVO; BUENO, 2002, p.302,303).

Por fim, conforme assinalado por Celiane Costa, o presidente Getúlio se mostrou hábil politicamente, pois, “agindo com cautela e prudência Vargas conseguiu manter um bom relacionamento com os Estados Unidos, atendendo aos interesses dos liberais, ao mesmo tempo em que agradou os nacionalistas e comunistas com o não envio das tropas para a Coreia” (COSTA, 2017, p.12). Tendo visto os fatores externos, faz-se mister que se mencione os aspectos internos concernentes à decisão de não enviar tropas à Coreia.

3.2 – FATORES INTERNOS

As negociações não se limitaram à Política Externa. Antes, era preciso ter “jogo de cintura” para se chegar a um veredito. O fortalecimento do alinhamento com os norte-americanos gerava conflitos entre os nacionalistas de esquerda e os liberais rotulados de “entreguistas”, por exemplo. Nesse emaranhado de fatores, Vargas precisou equacionar os interesses dos seguintes atores internos: “os militares brasileiros, a opinião pública no Brasil e os atores e agências que integravam o Estado brasileiro” (HIRST, 1990, p.10).

Em primeiro lugar, pode-se mencionar que o cenário na década de 50 era bem diferente daquele durante a Segunda Guerra Mundial. Se anteriormente os tempos eram da ditadura do Estado Novo, na segunda Era Vargas se vivia sob o regime democrático, onde a questão coreana deveria ser debatida no ambiente político aberto e democrático, através da figura do Conselho de Segurança Nacional, o qual era presidido pelo Presidente da República, composto também pelos ministros de Estado e os chefes do Estado-Maior das Forças Armadas (ALVES, 2007, p.147).

Com o intuito de reforçar a nova realidade sob a qual Getúlio estava inserido, de acordo com a Constituição Federal de 1946, no Art. 66, era – e ainda hoje é – da competência exclusiva do Congresso Nacional tanto “resolver definitivamente sobre os tratados e convenções celebradas com os Estados estrangeiros pelo Presidente da República” quanto “autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a fazer a paz” (BALEIRO, 2012, p.64).

De forma geral, pode-se citar que “a ausência dos esperados efeitos positivos dessa aliança [com os EUA] no pós-guerra marcaram as ideias, interesses e o cálculo dos decisores nacionais quando pressionados para formar uma segunda FEB nos anos 1950” (ALVES, 2007,

p.23). Assim, partindo para a averiguação da posição adotada por cada um desses atores, será abordada, inicialmente, a posição de João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores de Vargas à época da decisão.

Apesar da sua postura claramente alinhada a Washington, visão compartilhada pelo Itamaraty desde os tempos do Barão do Rio Branco ¹⁸, Vágner Alves explicita que tal posicionamento não se deu sem exceções, principalmente na esfera econômica, visto que criticou abertamente a desatenção, por parte dos norte-americanos, a esta sensível área (ALVES, 2007, p.151). O argumento utilizado para justificar sua crítica era o de que

[...] a miséria das massas criava uma situação de risco para a democracia no continente, daí a necessidade do desenvolvimento. Enquanto os Estados Unidos, em face dos conflitos da Guerra Fria, estavam mais preocupados com a defesa do hemisfério (tendo, inclusive, pedido a colaboração militar brasileira na Guerra da Coreia), o Brasil via a necessidade de desenvolvimento da América Latina como meio de se evitar a agressão interna, vale dizer, a revolução (CERVO; BUENO, 2002, p.298).

João Neves e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) eram os maiores (e únicos) apoiadores à participação brasileira na Coreia. Esta posição não se deu ora porque tal agressão deveria ser rechaçada ora visando alguma determinada vantagem com o envio das tropas. O foco estava no fortalecimento dos vínculos entre Brasil e Estados Unidos, pois, dessa forma, pensava-se na real possibilidade de impulsionar o desenvolvimento e a modernização do Estado Brasileiro.

Tal era a realidade dessa perspectiva para Fontoura que, em junho de 1951, dias antes do pedido oficial do Secretário-Geral da ONU para participação do Brasil na Guerra da Coreia, insistiu para que Vargas fizesse uma declaração pública sobre o conflito, “declarandose ao lado do mundo ocidental e contra a ameaça externa e interna do comunismo”, pois, segundo ele, “tal pronunciamento teria ótimas repercussões nos Estados Unidos, melhorando nossas perspectivas de auxílios financeiros” (D’ARAÚJO, 1992, p.168). Ou seja, ir à Coreia valeria a pena se isso contribuísse para garantir o status de “aliado especial” que desde os primórdios do Itamaraty era tão desejado (ALVES, 2007, p.154).

Ainda no tocante à atuação de João Neves, o ministro teve muitas dificuldades com a aprovação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, pois, desde o seu encaminhamento para a Câmara dos Deputados (abril de 1952) até que fosse finalmente aprovado (março de 1953), levou quase um ano. Uma de suas manobras políticas para acelerar a aprovação deste acordo foi apelar ao presidente Vargas para que orientasse o líder da Câmara, Gustavo Capanema, a

¹⁸ “durante sua chancelaria que se construiu o chamado paradigma americanista de política externa, ou a ideia da ‘aliança especial’ com os Estados Unidos como linha mestra da diplomacia nacional, que quatro décadas após a morte de Rio Branco ainda estava em vigor” (RICUPERO, 1995, pp.330-331 *apud* ALVES, 2007, pp.5051).

não retardar o processo. Também por este fato, foi acusado “de ser advogado dos interesses estrangeiros” (D’ARAÚJO, 1992, pp.172,173).

Tendo visto a colaboração do MRE para o processo decisório, é necessário apresentar, pormenorizadamente, o papel do Alto Comando do Exército na questão em análise. Antes de se dissecar o posicionamento desse importante decisor, é preciso observar que, embora houvesse concordância política nesta organização durante a Segunda Guerra Mundial, não havia a mesma coesão de outrora no início dos anos 50. Tal mudança se deu, principalmente, devido à redemocratização do Estado brasileiro, materializada na Constituição de 1946 (ALVES, 2007, p.155).

Entretanto, tal divisão não dizia respeito às atividades fim do Exército. Conforme abordado por Vágner Alves, não havia dissensão na defesa dos princípios da corporação como um todo, tendo como exemplo os seguintes valores:

[...] fortalecimento institucional, modernização da corporação e do país, defesa da industrialização nacional, capacidade de ocupar e defender o território, capacidade de dissuadir os adversários do Prata, possível ascendência militar no continente sul-americano, e posição pró-Occidente, contrária à ideologia comunista, tanto interna como internacionalmente. *A divisão existente era política ou, melhor dizendo, dizia respeito aos meios, ao processo que se devia trilhar para se chegar aos fins defendidos e buscados* (ALVES, 2007, p.155,156 grifo nosso).

Esta divisão é percebida na forma que os dois principais grupos pensavam em como se daria a industrialização nacional, “com ou sem o capital estrangeiro, e qual seria o papel dos Estados Unidos nesse processo” (PEIXOTO, 1980, p.80 *apud* ALVES, 2007, p.156). Em suma, os chamados “nacionalistas” acreditavam que o Brasil cresceria sem a necessidade de investimentos externos e os denominados “liberais” confiavam no aporte estrangeiro como o meio para o desenvolvimento.

Essa divergência ficou mais acentuada em fins de 1950, após o presidente Vargas escolher o presidente do Clube Militar, Estillac Leal, que era da ala nacionalista, para ser seu futuro Ministro da Guerra. Esta escolha representou, de forma concreta, a aliança entre Vargas e os “nacionalistas”. Entretanto, o ministro da Guerra teve participação secundária nas negociações do Acordo Militar. Fora isso, o debate em torno da formação de uma FEB para a Coreia não atendeu plenamente a ala “nacionalista”. Tais fatores contribuíram para minar as bases de sustentação dessa aliança, o que, posteriormente, deixou Vargas numa situação exposta (HIRST, 1990, p.11). Conforme já abordado anteriormente, porém, com foco no âmbito nacional,

O acordo militar e as discussões que a eventual participação do Brasil na Guerra da Coreia deram lugar foram, inclusive, associados ao processo de perda de sustentação do governo Vargas. A divisão de opiniões que existia no público e nas Forças Armadas manifestou-se no próprio governo. A contribuição brasileira, naquela conjuntura, ficou, afinal, no fornecimento de minerais estratégicos, mesmo porque o Brasil não estava preparado econômica e militarmente para um conflito. E cuidar da sua segurança interna pela via do desenvolvimento era, também, outra forma de o Brasil colaborar com o mundo livre (D'ARAÚJO, 1982, pp.148-159 *apud* CERVO; BUENO, 2002, p.302).

Outro ponto digno de receber menção é que, meses antes da escolha de Estillac Leal, a Revista do Clube Militar publicara, em junho de 1950, um artigo se posicionando contrariamente à participação do Brasil na Guerra da Coreia, o que levou à suspensão da mesma por algum tempo (D'ARAÚJO, 1992, p.173) pelo fato de ter sido considerada, pela ala liberal que à época dirigia o Clube Militar, simpaticamente ao Comunismo. Assim, ao ponderar esses fatos, percebe-se que “o clima da Guerra Fria estava presente dentro do próprio Exército, maniqueísticamente dividindo seu oficialato” (ALVES, 2007, p.159).

Em meio a esse turbilhão de variáveis, Alves considera que “o principal decisor militar brasileiro relativamente à questão coreana” foi o General Góes Monteiro (ALVES, 2007, p.160). Tal consideração se dá pelo fato de este ter sido enviado, após deliberação do Conselho de Segurança Nacional, em missão aos EUA a fim de negociar a questão, conforme visto previamente. Em Washington, o general apresentou uma série de condições, sob a orientação de Vargas, que praticamente inviabilizavam a participação brasileira no conflito.

Por ocasião das negociações, a divisão do Exército foi um dos pontos apresentados por Góes Monteiro para elucidar a dificuldade da formação de uma FEB coreana, podendo-se citar também fatores como “a dificuldade de se governar e tomar decisões políticas importantes em consonância com um Parlamento atuante e bem heterogêneo, e a aversão geral da opinião pública a um empreendimento nacional coreano” (ALVES, 2007, pp.163,164).

Nesta ocasião também se negociava um acordo militar entre os dois países, estabelecendo-se uma estreita associação entre o envio de tropas à Coreia e os termos do acordo. [...] Na medida que esta participação começou a se mostrar problemática, dificultava-se a obtenção de concessões da administração Truman, fosse na órbita da assistência militar ou da cooperação econômica (HIRST, 1990, p.10).

O fato de este acordo militar seguir os mesmos moldes do Acordo de 1942, onde se dava ênfase na necessidade de se defender o continente e preparar as forças armadas para que se colocassem à disposição das Nações Unidas para emprego, tanto na Coreia como em qualquer outro local onde houvesse necessidade, acabou por dificultar, ainda mais, a busca por um consenso no cenário nacional que apoiasse uma FEB para a Coreia (HIRST, 1990, p.10).

Conforme visto há pouco, Vargas dera longas instruções ao General Góes Monteiro quando em negociações, por três meses, nos EUA. A figura do Presidente da República é a que ganha atenção a partir deste momento. Considerado por Vágner Alves como o decisor mais importante dentro desse processo, Getúlio “parecia, a todo custo, querer eximir-se de dar uma resposta aos pedidos provenientes do exterior, mas, ao mesmo tempo, não abria mão de sua prerrogativa de decidir a questão em última instância” (ALVES, 2007, pp.164,165).

O período onde mais claramente é visto o poder de articulação de Vargas se enquadra nos meses de maio a julho de 1951, pois, ao modificar a nota oficial preparada por João Neves da Fontoura, suprimiu as assertivas que comprometiam a participação do Brasil na guerra e nem por isso a nota ao embaixador deixou de ser bem recebida (D'ARAÚJO, 1992, p.169). Tal era o desejo do presidente, que isto pode ser constatado nos bilhetes para seu chefe de gabinete civil:

O Brasil não pode assumir compromisso de mandar tropas para fora, sem estar econômica, financeira e militarmente preparado para sua própria defesa. Esta é a tese. E as lições do passado são suficientes para nos instruir. Não concordo com compromissos precipitados (FONTES; CARNEIRO, 1966, p.75 *apud* ALVES, 2007, p.170).

Sofrendo pressões externas, Getúlio teve que lidar também com as seguintes variáveis até que se chegasse à solução dessa difícil equação: opinião de seus principais colaboradores, seus interesses pessoais (não se comprometendo ao ponto chegar à impopularidade), não se alienar aos possíveis auxílios dos EUA a fim de contribuir para o incremento da indústria nacional. Após analisar todos os fatores em lide, Vargas respondeu negativamente, entretanto, de forma amena, apontando as principais dificuldades internas e, em contrapartida, assinando um acordo para exportação de matérias-primas estratégicas (ALVES, 2007, p.176).

Capítulo IV – A PARTICIPAÇÃO NA CRISE DE SUEZ

Como visto anteriormente, a nacionalização do Canal de Suez desencadeou uma questão que permaneceu por aproximadamente uma década, tendo seu fim assinalado com a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967. No começo desta crise, governava no Brasil o então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960). Seu governo foi caracterizado por muitas deliberações importantes na esfera das “Relações Internacionais e da Política Externa Brasileira, dentre elas a pronta aceitação do convite para participação da I UNEF, já em 1956” (LOPES, 2005, p.21).

Tais iniciativas tinham como escopo principal (como se verá pormenorizadamente mais adiante) a obtenção de recursos, junto ao capital estrangeiro, para que sua política desenvolvimentista pudesse ser aplicada satisfatoriamente. Entretanto, de acordo com Malan (1997, p.85 *apud* LOPES, 2005, p.21), o princípio da gestão de Juscelino Kubitschek (JK) foi marcado por sua atuação no âmbito da política internacional pode ser classificado como modesto pelo fato de

o ano de 1956 na área de política internacional foi marcado apenas pela decisão do governo, em novembro, atendendo solicitação das Nações Unidas, de enviar um contingente de cerca de 500 homens para integrar, a partir de janeiro de 1957, as forças da ONU na faixa de Gaza, entre Egito e Israel.

Assim, após a criação da Primeira Força de Emergência das Nações Unidas, em novembro de 1956, o Brasil foi escolhido como um dos dez países para participar dessa Missão de Paz. De acordo com declaração do ministro Macedo Soares à imprensa, o Secretário Geral da ONU elaborou um plano para a formação do Exército internacional solicitando contingentes de cada país, “sendo que do Brasil foram pedidos 500 soldados de infantaria” e, além do mais, ressalta que “manifestou-se o Secretário Geral especialmente interessado em que o Brasil contribuísse para a formação da Força Internacional” (ÚLTIMA HORA, 1956, p.6). O envio deste contingente foi coordenado sob o previsto na Lei nº 2953¹⁹, sancionada em 17 de novembro de 1956.

Art 1º A remessa de força armada, terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil como *membro de organizações internacionais* ou em virtude de tratados, convenções, acordos, resoluções de consulta, planos de defesa, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos ou militares, só será feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso Nacional (grifo nosso).

¹⁹ Disponível em: < <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128741/lei-2953-56> > Acesso em 29/10/2019.

Em seguida, por meio do Decreto Legislativo nº 61/1956²⁰, o Presidente da República foi autorizado a enviar um contingente para compor a missão de paz no exterior. Nesta mesma ocasião, deu-se a criação do 1º Contingente militar integrante da UNEF, onde este grupo passaria por um período de adestramento no 2º Regimento de Infantaria, onde receberia instruções e passaria por rigoroso processo de seleção para integrar a missão²¹.

A convocação dos voluntários para participar da missão de paz era regida por portarias do Exército que priorizavam soldados de 1ª categoria, ou seja, que já tivessem servido a Força Brasileira. Os candidatos deveriam: ser voluntários e reservistas de 1.ª categoria do Exército, de preferência das classes de 1942 a 1943; ser alfabetizados; ser solteiros, não ser arrimos e não ter filhos; ter a idade máxima de 24 anos; ter tido boa conduta no período em que estiveram incorporados; ser submetidos a seleção, segundo as normas vigentes, e classificados no Grupo “A” em inspeção de saúde; ter no mínimo 1,65m de altura. O tempo de serviço seria, em princípio, de 12 meses (FERRER; MATOS, 2006, p.49).

Após todo esse processo, o primeiro contingente brasileiro foi formado, tendo como comandante o Coronel Iracílio Ivo de Figueiredo Pessoa e subcomandante o Major Afonso Celso Boldstain. Viajaram para o Egito no Navio Transporte de Tropa Custódio de Melo, cujo comandante era o Capitão de Mar e Guerra Arnaldo Toscano, desembarcando em Port Said em 4 de fevereiro de 1957.²²

Passados os detalhes históricos iniciais, uma análise da conjuntura política brasileira no período é necessária a fim de que se compreendam os porquês de, diferentemente do ocorrido na Guerra da Coreia, dessa vez, após a solicitação da ONU, o governo do Brasil ter se posicionado favoravelmente ao envio de tropas para a região do Canal de Suez. Este exame se dará não apenas no tocante ao comissionamento do primeiro Batalhão para o Oriente Médio, mas também englobará os percalços enfrentados pela gestão do Executivo brasileiro para dar continuidade à Missão de Paz à qual se mostrara solícito.

Assim sendo, da mesma forma como foi analisado o processo decisório que culminou com a não participação na Guerra da Coreia, este trabalho se propõe a esclarecer tanto a influência norte-americana quanto o posicionamento favorável adotado pelos decisores centrais desta questão, quais sejam: o general Henrique Lott, do Ministério da Guerra, o ministro José Carlos de Macedo Soares, das Relações Exteriores e o Presidente da República Juscelino Kubitschek, o principal destes três.

²⁰ Assinado em 22 de novembro de 1956 por Apolônio Salles, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo61-22-novembro-1956-350654-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 25/10/2019.

²¹ Batalhão Suez: Nossa participação (parte 1). Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br/batsuez1.htm>> Acesso em: 31/10/2019.

²² Idem.

4.1 – FATORES EXTERNOS

Nos anos que antecederam a Crise de Suez, o Brasil já procurava se lançar em áreas diferentes do globo sem depender do aval norte-americano. Esta projeção da nação brasileira se dava por meio da aproximação com os países subdesenvolvidos, estabelecendo, desta forma, uma identificação baseada em assuntos não ligados essencialmente à política militar e estratégica dos EUA (HIRST, 1990, p.20).

Um exemplo neste sentido se deu em 1952, durante os debates nas Nações Unidas sobre a independência da Tunísia, consubstanciados na votação – no Conselho de Segurança das Nações Unidas, do qual o Brasil fazia parte como membro não permanente – pela inclusão na agenda de um item sobre a independência daquele país. Apesar das gestões do governo francês junto à delegação brasileira contra esta inclusão, o Brasil manteve uma posição solidária aos países árabes (HIRST, 1990, p.21).

O acontecimento supracitado aponta para a consonância aos princípios da diplomacia brasileira, os quais tiveram suas raízes plantadas pelo Barão do Rio Branco. Esses prolegômenos caracterizam sua postura pacificadora, de defesa da igualdade jurídica entre os Estados e de respeito ao Direito Internacional. Tais fundamentos têm perdurado na Política Externa Brasileira e vêm sendo observados até os dias atuais (SILVA, 1995, p.98 *apud* ALVES, 2007, p.50).

Assim, no início dos anos 50, emergem no cenário da Política Externa Brasileira os primeiros indícios de acordos com países subdesenvolvidos. De igual modo, visando materializar seus direitos de autodeterminação, os países árabes e asiáticos também se mobilizaram de forma a se acercarem aos latino-americanos, agindo sem necessariamente estarem alinhados às ideologias capitalista ou comunista vigentes à época do começo da Guerra Fria (HIRST, 1990, p.21).

No âmbito da Política Externa, é impossível que se trate da questão do Suez sem que se faça menção aos Estados Unidos. Conforme visto no capítulo II deste trabalho, o Estado norteamericano estava interessado em assumir o controle da região que há décadas permanecia sob a influência britânica, rica em reservas de petróleo. Para concretização dessa assunção, seus governantes não hesitaram em ir contra seu principal aliado ocidental, mesmo diante da ameaça crescente de uma aliança entre a União Soviética e os nacionalistas egípcios.

Os Estados Unidos jamais poderiam ter apoiado um empreendimento tão absurdo. Contudo, resta a tortura de perguntar se o afastamento americano de seus aliados precisava ter sido tão brutal. Faltou, de fato, aos Estados Unidos, outra escolha entre apoiar a aventura francesa-inglesa e opor-se totalmente? Os Estados Unidos não tinham nenhuma obrigação legal em relação à Inglaterra e à França, além da claramente definida na OTAN. Mas a questão não era apenas legal. Foi realmente atendido o interesse nacional

americano quando se pôs de maneira tão cruel, a dois dos maiores aliados, que eles haviam perdido toda capacidade de ação autônoma? (KISSINGER, 2012, p.487)

Em consequência disto, os EUA decidiram por levar a problemática da Crise de Suez ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Pelo fato de votarem favoravelmente à intervenção da ONU na região, em sintonia com a URSS (algo inédito), a despeito dos votos contrários (e já esperados) da França e da Inglaterra, os EUA mostravam seu interesse por uma solução o mais pacífica possível, alinhada à proposta da Assembleia Geral da ONU, inclusive oferecendo “apoio logístico e de abastecimento para todos os contingentes” (ÚLTIMA HORA, 1956, p.6).

Assim, posterior à criação da UNEF, foram enumerados os países que poderiam participar desta Força enviando contingentes militares. Estes não poderiam pertencer aos países-membros do Conselho de Segurança da ONU, visando a imparcialidade de interesses.

De acordo com os princípios aprovados pela Assembleia-Geral, a Força seria composta de contingentes nacionais aceitos pelo Secretário-Geral para prestar seus serviços, dentre os voluntários cedidos pelos Estados-Membros. *As tropas oriundas de membros permanentes do Conselho de Segurança ou procedentes de qualquer país que, por questões geográficas e outras razões, possam ter interesse especial no conflito, serão excluídas.* Na seleção dos contingentes, o Secretário-Geral teve que levar em consideração os pontos de vista do governo anfitrião, bem como outros fatores, como sua adequação em termos das necessidades da Força, seu tamanho e disponibilidade, até que ponto poderiam se controlar, a indesejável variedade muito grande de armamento e equipamento básico e o problema de transporte (grifo nosso)²³.

Com isso vê-se que os países-membros do CSNU e aqueles que de alguma forma tivessem interesse no conflito não poderiam contribuir com contingentes. Assim, o Brasil aproveitou esse ensejo para elevar seu nível de participação na ONU, principalmente quando a temática se referia às Forças de Paz. Vislumbrava-se, por meio da UNEF, uma forma “de incrementar a influência do Brasil naquele organismo” (MARETTI, 1996, p.15) e, em contrapartida, conforme a própria declaração de JK logo após sua eleição, “atrair a atenção do mundo inteiro sobre o Brasil” (MALAN, 1997, p.79 *apud* LOPES, 2005, p.21).

O discurso do Embaixador Brasileiro na ONU, na XI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, ocorrida em 12 de novembro de 1956, foi caracterizado por Corrêa (2007, p.112) como tendo “uma importante tomada de posição sobre as questões ligadas ao conflito árabe-israelense, àquela altura afetadas pela situação criada em Suez”, onde este passou a

²³ Retirado do Artigo: Criação da UNEF. Disponível em: < <http://www.batalhaosuez.com.br/unefcriacaodaUNEF.htm> > Acesso em: 31/10/2019.

servir “de padrão para subseqüentes manifestações da diplomacia brasileira”. Nas palavras de Cyro de Freitas-Valle,

Na questão do Canal, vários princípios gerais já foram aceitos por todas as partes envolvidas. Em nome da delegação do Brasil; quero enfatizar que seremos favoráveis a uma solução que leve em conta os interesses legítimos dos usuários daquele canal internacional, mas que de forma alguma viole a soberania do Egito. Também gostaríamos de mais uma vez enfatizar que não toleraremos em nenhuma circunstância ações, de quem quer que seja, que barrem a qualquer país o direito de passagem livre pelo Canal sob qualquer alegação (CORRÊA, 2007, p.114).

Vê-se, na colocação acima, que “o Brasil pautou-se por votar favorável pela resolução do problema, em convergência com o Direito Internacional e a equidistância, seguindo o voto das grandes potências, o que marcará o seu comportamento até a década de 1970” (LANNES, 2009, p.66). Fora isso, fica perceptível que o governo brasileiro estava se colocando numa postura de defesa dos interesses dos países subdesenvolvidos. Ademais, cabe destacar a postura do chefe do MRE, Macedo Soares, o qual “se posicionou, ao longo de sua vida diplomática, em prol de atuações em conjunto e na valorização de soluções pacíficas para as controvérsias internacionais” (LANNES, 2009, p.71).

Saindo da teoria e indo pra prática, havia a problemática de conciliar o Plano de Metas com os altos custos que este contingente necessitaria para ser mantido à disposição das Forças de Paz da ONU. Este conflito de interesses ficou evidente em 1958, quando foi manifestada pelo Ministro da Guerra a intenção de trazer de volta as tropas brasileiras, “alegando os elevados custos de sua manutenção” (SANTOS, 2002, p.273 *apud* LOPES, 2005, p.22).

Corroborando com o argumento acima, dois anos mais tarde, em 1960, na XV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, Horácio Lafer²⁴ destacou que, além da participação brasileira no Congo para a manutenção da lei e da ordem, “também em Suez, com centenas e centenas de soldados brasileiros, estamos pagando o preço da paz, na esperança de que o Oriente Médio atinja a solução pacífica da convivência, dentro de um espírito de respeito mútuo e autodeterminação” (CORRÊA, 2007, p.144).

Entretanto, esta ameaça de fazer regressar o contingente brasileiro pode ser vista como uma barganha para manter o Batalhão Suez, visto que, “em troca da decisão de não retirar suas tropas, o Brasil poderia ver atendidas e suavizadas as condições dos empréstimos que o governo havia contraído no Eximbank” (SANTOS, 2002, p.274 *apud* LOPES, 2005, p.22). Os recursos obtidos através destes empréstimos foram financiados e geridos pelo BNDE, conforme explanado no capítulo anterior.

²⁴ Ministro de Estado das Relações Exteriores de 13/8/59 a 31/1/61.

Independente da motivação geradora da ameaça de retirada da missão, a ONU decidiu bancar os custos da manutenção das tropas brasileiras, mesmo em meio às dificuldades financeiras enfrentadas por este órgão devido à ONUC²⁵ (Operação das Nações Unidas no Congo) estar ocorrendo concomitantemente com a I UNEF²⁶ (LOPES, 2005, p.22,23). Tal custo valia à pena pelo fato de “na época, o batalhão brasileiro ser visto como um ‘valiosíssimo componente’, de ‘grande relevância’ para o sucesso da força, havendo um pedido direto do Secretário Geral [Dag Hammarskjöld] para que a posição fosse reconsiderada” (SANTOS, 2002, p.274 *apud* LOPES, 2005, p.23).

Voltando-se especificamente para os aspectos da diplomacia brasileira, é perceptível a postura do Itamaraty alinhada aos interesses norte-americanos, pautando seus votos, conforme já apresentado, a favor de soluções pacíficas. Notadamente na questão do Suez, seu posicionamento não se alterou, mantendo o padrão dos chefes do MRE: a favor da paz, dos interesses da ONU e, de certa forma, alinhado aos EUA. Conforme seu relato à imprensa, “era evidentemente o reconhecimento da larga autoridade do Brasil, que tradicionalmente esteve sempre a serviço da Paz em todos os acontecimentos que pudessem perturbar as relações entre os povos civilizados” (ÚLTIMA HORA, 1956, p.6).

Constituída uma Comissão Consultiva para a qual foi eleito o nosso país e considerando a invariável tradição de arraigado pacifismo que lhe grangeou (sic) o respeito e a consideração de que goza em todo o mundo como defensor da liberdade e da justiça internacional, o Brasil não poderia recusar o convite da ONU (ÚLTIMA HORA, 1956, p.6).

Diante do que foi apresentado, pode-se concluir que os aspectos externos influenciaram numa tomada de decisão positiva à contribuição brasileira com tropas para a UNEF-I pelos seguintes fatores: os norte-americanos agiram de forma a viabilizar, na ONU, uma solução pacífica para crise instaurada em Suez; a decisão de não haver participação de militares das nações que eram membro permanente do Conselho de Segurança da ONU; a solicitação de cooperação do Brasil feita pelo Secretário Geral da ONU; e o alinhamento do MRE aos interesses de Washington sem deixar de lado sua tradicional política pacifista para solução dos conflitos.

Logo, para que se compreenda eficazmente o processo decisório, compete verificar, agora, que fatores no âmbito interno contribuíram para a formulação de uma assertiva em prol do envio do Batalhão Suez para compor a UNEF-I.

²⁵ Criada em julho de 1960 e encerrada em junho de 1964. Teve como objetivo garantir a retirada das forças belgas, ajudar o governo a manter a lei e a ordem e prestar assistência técnica. Posteriormente, serviu para manter a integridade territorial e a independência política do Congo, impedindo a ocorrência de guerra civil. Disponível em: < <https://peacekeeping.un.org/mission/past/onuc.htm> > Acesso em 12/11/2019.

²⁶ A I UNEF abrangeu o período de novembro de 1956 a junho de 1967.

4.2 – FATORES INTERNOS

Passando para uma análise da contribuição do segmento militar na tomada de decisão, cabe apontar, primeiramente, o Exército Brasileiro como a parte operativa da expedição a Suez, não podendo deixar de ser considerado o seu posicionamento diante dessa questão.

Em segundo lugar, pode-se destacar a coesão existente no seio do Exército Brasileiro, diferentemente do que ocorrera nos idos de 1951, quando Getúlio Vargas enfrentava um racha na instituição, conforme já visto no capítulo 3. Esta harmonia no EB só foi alcançada graças à personalidade do General Henrique Lott, Ministro da Guerra de JK, o qual desempenhava a função com imparcialidade e profissionalismo desde o final de 1954, após o segundo mandato de Getúlio Vargas.

Sobre sua personalidade, descreve o historiador Elias Saliba:

Despojado e direto, sem habilidade política, Lott não mexia um dedo para agradar. Até seu tipo físico não ajudava – forte, pele avermelhada, olhos azuis penetrantes – parecia mais uma criança robusta, posando em anúncio de leite em pó. Intransigente, irritantemente perfeccionista, sem nenhuma aptidão para ajeitar ou contemporizar, acabou virando paradigma do militar de hábitos rígidos. Assim [...] Lott acabou se transformando naquele militar sempre admirado nos quartéis, modelo de honra e caráter, que pregou a neutralidade enquanto pode (SALIBA, 2019, s.p.).

Para Maria Benevides, o apoio do Exército foi fundamental para atrair os investidores externos, visto que era este o elemento estatal que detinha os meios de coerção legal para garantir ao governo a manutenção da ordem social, “elemento indispensável para a implementação de qualquer plano de desenvolvimento econômico” (BENEVIDES, 1979, p.190 *apud* LANNES, 2009, p.54). Não obstante, destaca que a relação entre o General Lott e o Presidente JK era baseada numa “não intromissão na área um do outro” (BENEVIDES, 1979, p.180 *apud* LANNES, 2009, p.73), onde, ao dar autonomia no exercício do Ministério da Guerra, Juscelino ganharia, em contrapartida, apoio à sua política econômica desenvolvimentista.

A parceria entre os dois também pode ser vista na entrevista concedida por Lott à revista ‘*O Cruzeiro*’, onde o general declarou que “na prática, não via dicotomia entre ‘capital estrangeiro’ e ‘capital nacional’, mas lhe interessava somente o capital ‘em si’, como mola do progresso” (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, s.d., s.p.). Benevides relata, ainda, que “o General Lott e o presidente convergiam na questão do capital estrangeiro. [...] A única oposição à utilização desse capital era referente à remessa de lucro para fora do país” (BENEVIDES, 1979, p.183 *apud* LANNES, 2009, p.54).

Dessa forma, tendo o apoio de um ministro com pulso firme e cujo escopo principal era a união de suas tropas ao evitar que a política se entremeasse pelas organizações militares, o presidente pode angariar o apoio de seu braço armado quando decidiu engajar na empreitada para o Suez.

Ainda na seara militar, em que pese o ganho com a projeção a nível internacional, havia o ônus para os cofres públicos, visto que a manutenção de um batalhão composto por 500 militares não era algo simples de se financiar. Conforme assinalado pelo Ministro Macedo Soares, “a despesa com equipamento e soldo do contingente brasileiro corre por conta do Governo do Brasil, mas todas as outras, notadamente de assistência aos soldados, pelo orçamento da ONU” (ÚLTIMA HORA, 1956, p.6).

Entretanto, face às necessidades de deslocamento da tropa ao longo da Linha de Demarcação do Armistício, a indústria automobilística brasileira – um dos símbolos mais representativos do lema de JK “50 anos em 5” – pode ser alavancada, contribuindo como um “símbolo marcante do processo de industrialização” através do qual o Brasil vinha passando (FARO, 1991, pp.61,62 *apud* LOPES, 2005, p.23). Tal contribuição se deu fazendo uso dos caminhões fabricados pela FNM²⁷ como um símbolo de orgulho nacional ao enviá-los juntamente com o pessoal militar para integrar a UNEF (LOPES, 2005, p.23).

Não obstante, a participação militar na Missão Suez serviu como forma de propagandear a atuação das Forças Armadas ao fazer uso das imagens dos soldados do Batalhão Suez nas publicações oficiais do governo vinculando-os aos atos heroicos do passado. Fenômeno de proporções bem parecidas foi observado por Lopes (2005, p.28) quando da participação brasileira na MINUSTAH²⁸ ao explorar a “imagem do soldado brasileiro participante da Força de Paz da ONU no Haiti”, realizada de 1º de junho de 2004 até 15 de outubro de 2017²⁹.

Assim como realizada no capítulo anterior, a análise da decisão do Presidente da República foi deixada por último, visto o fato de ser dele a deliberação de maior importância no cenário de 1956, assim como o fora Getúlio Vargas em 1951. Entretanto, a Constituição de 1946, no Art. 87 (CORRÊA, 2007, p.68), não previa a forma como o presidente poderia mobilizar as Forças Armadas como membro de uma organização internacional.

De acordo com Alves (2007, p.183), essa temática entrou em pauta em virtude da Guerra da Coreia. Logo, o Deputado Afonso Arinos elaborou um Projeto de Lei em 1952 a

²⁷ Fábrica Nacional de Motores.

²⁸ Sigla derivada do francês: *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*.

²⁹ Disponível em: < <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minustah> > Acesso em: 13/11/2019.

qual só foi sancionada em 1956, onde se destaca que “a remessa de força armada [...] para fora do território nacional, sem declaração de guerra [...], como *membro de organizações internacionais* [...], só será feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso Nacional”³⁰ (grifo nosso).

Nos anos em que Juscelino Kubitschek governou o Brasil, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em proporções elevadas quando comparado aos demais países latino-americanos. Com isso, a nação desfrutou de visível estabilidade política, o que se perdeu após as eleições de 1960 (FERRER; MATOS, 2006, p.47).

Este crescimento só se concretizou devido à promoção de uma vasta atuação do aparato estatal no tocante à infraestrutura e também no incentivo direto à industrialização. Por outro lado, foi necessário dar condições facilitadas para a entrada de capital estrangeiro a fim de alcançar esses objetivos de caráter desenvolvimentista. Assim, o nacionalismo característico do governo anterior a JK passou a perder espaço (FAUSTO, 2001, p.236 *apud* FERRER; MATOS, 2006, p.47).

Projetando arrecadar investimentos no exterior para financiar seu Plano de Metas, JK exerceu o que Sérgio Danese conceitua como “Diplomacia Presidencial”, cuja definição é “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo” (DANESE, 2017, p.67).

Em suma, isto significava que “o que a diplomacia, isto é, o Itamaraty, não fizesse, Juscelino tentaria fazer a partir da Presidência, valendo-se seguidamente de atos de diplomacia paralela” (DANESE, 2017, p.371). Seguindo esta linha de entendimento, percebe-se que partia dele as decisões relacionadas à Política Externa. Visando apresentar seus planos de desenvolvimento tanto para os governos quanto para os investidores estrangeiros, JK solicitou que se organizasse, logo após sua eleição em outubro de 1955, uma viagem internacional, como foco em países que já tivessem algum investimento no Brasil ou naqueles com perspectivas para tal.

Isto posto, pode-se observar que, ao consentir com a participação brasileira na UNEF-I, o presidente Juscelino Kubitschek buscava uma maior inserção no plano das Relações Internacionais. Apesar dos custos com a mobilização da Força Expedicionária, dessa vez, no entanto, numa missão de paz, o ganho que seria alcançado, a saber, a publicidade para o país, contribuiria para atrair o capital estrangeiro necessário para viabilizar o desenvolvimento da

³⁰ Disponível em: < <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128741/lei-2953-56> > Acesso em 29/10/2019.

infraestrutura nacional e o incremento na industrialização brasileira, tornar-se-iam fontes de uma boa propaganda do desempenho da sua gestão no Executivo.

Por último, nos aspectos atinentes aos custos com a mobilização, convém lembrar o envio de tropas para o Oriente Médio era em prol de uma Força de Paz, logo, com custos humanos pequenos em relação a uma ação militar como foi no caso da Guerra da Coreia.

CONCLUSÃO

Ante o exposto até o momento, faz-se mister que se coloquem lado a lado os conflitos estudados a fim de se extrair as similaridades e as divergências entre eles. Este confronto se dará em torno tanto das motivações que geraram as dissidências como das consequências político-militares para cada um dos Estados beligerantes. Não menos importante, tendo em vista o escopo principal deste trabalho, será comparado o posicionamento dos principais atores no cenário interno brasileiro em cada conflito, dando ênfase em suas respectivas relevâncias no processo decisório para a participação, ou não, com o envio de contingente de tropas.

No tocante aos antecedentes, fica nítido que os combates em si não se deram “de uma hora para a outra”. Em ambas as situações, houve um agravamento da crise numa crescente contínua, sofrendo um avanço exponencial nos anos imediatamente anteriores à eclosão dos conflitos.

Na Coreia, esta piora se deu a partir da colonização japonesa no início do século XX, a qual insuflou o descontentamento ante o domínio estrangeiro, servindo posteriormente de ferramenta para o nacionalismo de Kim Il Sung. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a divisão das Coreias pelos EUA e URSS, instaurando governos sob os regimes capitalista e socialista, respectivamente, a situação ficou incontornável, levando o ditador norte-coreano a invadir a parte sul da península.

No Egito, por outro lado, o domínio britânico exercido no Canal de Suez desde a segunda metade do século XIX, arrecadando recursos dentro do território egípcio, propiciou a reação das massas contra o imperialismo. Após a criação do Estado de Israel em 1948 (uma clara interferência ocidental nos assuntos do Oriente Médio), o nacionalismo árabe ganhou força, gerando uma série de revoltas camponesas que culminara com a derrubada da monarquia pró Inglaterra e assunção de Gamal Abdel Nasser ao poder.

Seguindo nas similaridades, no quesito “época”, fica clara, conforme visto, a proximidade dos acontecimentos. Ambas as guerras ocorreram na década de 50, quando a Guerra Fria começava a ganhar um caráter mais agressivo na disputa por áreas de influência no campo ideológico, ora do capitalismo, ora do socialismo.

Partindo para as divergências, em se tratando da duração dos conflitos, há de se considerar alguns pontos importantes. A Guerra da Coreia perdurou desde junho de 1950 até a assinatura do armistício em julho de 1953, totalizando aproximadamente três anos, sendo que apenas o primeiro se deu de forma mais dinâmica. A Guerra de Suez, diferentemente, ocorreu

num intervalo de tempo mais curto, de 29 de outubro de 1956 até março de 1957, quando Israel retirou suas tropas do Egito, sendo que os embates em si ocorreram somente até os primeiros dias de novembro de 1956.

Ainda focando nas diferenças, notadamente na participação norte-americana, o que se viu foi uma forte presença militar na Coreia nas operações de combate, enquanto que no Egito sua participação se restringiu ao apoio logístico, realizando o transporte aéreo dos contingentes que colaboraram com a missão, pelo fato da não autorização de os países membros do Conselho de Segurança contribuir com tropas.

Enquanto a intervenção da ONU na Coreia se deu como resposta à agressão de Kim Il Sung por meio de uma guerra que beirou à guerra total para os coreanos, a atuação da UNEF, contudo, teve um caráter estritamente pacificador, focada na supervisão da Linha de Demarcação do Armistício, atuando como uma força tampão.

Outro fator digno de ser pontuado é o posicionamento dos EUA e da URSS nas duas situações. No conflito coreano, as superpotências se colocaram em lados opostos, com os americanos apoiando os sul-coreanos e os soviéticos dando suporte para os norte-coreanos, não tendo se enfrentado diretamente no campo de batalha. Já na Crise de Suez, ambas as nações se colocaram em defesa dos interesses do Egito por diferentes razões. Washington pretendia aumentar sua influência no Oriente Médio (mesmo que isso significasse o enfraquecimento da relação com seus principais aliados europeus), substituindo os britânicos, e Moscou desejava romper essa barreira criada pelos EUA, conquistando um importante aliado no Oriente Médio.

“Kenneth Waltz ressalta que sistemas bipolares são mais estáveis e menos favoráveis aos países periféricos, que possuem nenhuma ou poucas opções internacionais, o que significa menos poder de barganha” (WALTZ, 1979 *apud* AMARAL; ALVES, 2015, p.2). Analisando este posicionamento e trazendo-o especificamente à luz da Guerra da Coreia, pode-se afirmar categoricamente que Waltz foi feliz em sua consideração pelo fato de ambas as Coreias dependerem do apoio dos Estados Unidos e da União Soviética. Entretanto, conduzindo esta mesma linha de raciocínio para a Crise de Suez, o que se vê é a habilidade de Nasser em jogar as potências uma contra a outra, aproveitando-se dos interesses das mesmas na região de Suez e procurando “ao mesmo tempo reduzir os riscos e retirar da situação o máximo de vantagem” (ARON, 2001, p.552).

Ao tratar a diplomacia entre os blocos, Raymond Aron afirma que, “quanto à autonomia política e militar, ela existe ou não, como um *fato*. A diplomacia pode forjar certas ficções, mas não pode transformá-las em realidade” (ARON, 2001, p.583 grifo do autor).

Partindo dessa premissa, é pertinente pontuar que, embora claramente possuíssem esta autonomia, os EUA tentaram fazer, através da diplomacia, com que a intervenção na Coreia parecesse algo orquestrado pela ONU e não por eles. Outro exemplo para corroborar com essa assertiva de Aron é que França e Inglaterra, na Crise de Suez, reivindicaram possuir uma força militar e independência política suficiente para dar cabo ao Egito, o que, como se revelou mais adiante, não existia de fato.

Voltando-se para a temática no que concerne à Política Externa Brasileira, é oportuno sinalizar o posicionamento favorável do MRE nas duas ocasiões estudadas no que se refere ao envio de tropas para o exterior. Em ambas, Washington se mostrou esperançoso de contar com a participação brasileira, ao que, somado à tradicional postura americanista do Itamaraty, contribuiu decisivamente para tanto João Neves da Fontoura, em 1951, como José Carlos de Macedo Soares, em 1956, se colocassem alinhados aos interesses dos Estados Unidos.

Nas circunstâncias de 1951, as justificativas do apoio do Itamaraty para a participação giraram em torno da possível concretização da promoção à “aliado especial” dos EUA na defesa do avanço comunista na América Latina. Já no quadro apresentado em 1956, os argumentos em prol do preparo e envio de tropas se basearam no fato de ser uma missão em busca do apaziguamento da crise, no pacifismo característico da nação brasileira e no apoio à defesa da liberdade e do direito internacional.

Em relação à disposição do Exército Brasileiro para empreender esforços no sentido de ceder pessoal e meios para comporem uma força expedicionária aos moldes da que fora empregada na Segunda Guerra Mundial, é apropriado assinalar a divergência política presente no seio da instituição, quando da questão coreana, e a unidade de pensamento no alto comando do Exército, no momento da crise egípcia.

Embora concordassem no tocante à demanda urgente de desenvolvimento industrial, a discordância se dava no modo como se obteria o capital necessário para que se aplicasse tal política desenvolvimentista, tendo os nacionalistas advogando a favor dos recursos internos e os liberais defendendo a necessidade de investimentos externos. Tamanha disparidade não se verificava em 1956, quando o General Henrique Lott, focado no afastamento da política do âmbito militar, promoveu uma reestruturação que coibiu a divisão no âmbito das Forças Armadas. Ademais, em parceria com o Presidente JK, comprometeu-se a apoiar a diplomacia presidencial deste, concedendo o apoio do braço armado do Estado brasileiro, resultando numa resposta positiva à contribuição do Brasil na UNEF.

Por último e não menos importante, é adequado pontuar o parecer dos presidentes brasileiros nas duas conjunturas, sendo estes os principais decisores. Getúlio Vargas, estando

em seu segundo mandato, adotara uma postura intransigente e contrária à participação brasileira na Coreia, como pode ser verificado nos escritos de Lourival Fontes, à época, chefe do gabinete civil da Presidência da República:

[...] o presidente respondeu que não vivíamos de sacola na mão implorando dinheiro. Não tínhamos sangue de cordeiro para derramar por causa alheia ou por interesse longínquo. Não estávamos preparados militar, financeira ou economicamente para uma guerra. E nada o demoveu (FONTES; CARNEIRO, 1966, pp.73,74 apud ALVES, 2007, p.127).

Num sentido diametralmente oposto ao de Vargas, Juscelino Kubitschek enxergava na UNEF a oportunidade de atrair os olhares do mundo para o Brasil, o que proporcionaria angariar investimentos estrangeiros que colaborariam para sua política desenvolvimentista e o cumprimento de seu Plano de Metas. Mesmo sabendo dos elevados custos econômicos que a manutenção da missão demandava, não temeu, pois considerava que os ganhos que obteria lhes serviriam como ferramenta propagandística da boa gestão de seu governo.

O fato de o envio de tropas para o Oriente Médio ser em prol de uma causa nobre (a paz mundial) compunha outra parcela em prol da participação na UNEF. Os custos em vidas humanas seriam ínfimos quando comparados à possibilidade de participação numa coalisão de guerra. Em 1951, as tropas estavam mal preparadas e lutariam num ambiente totalmente adverso em prol de uma causa difícil de justificar. Consequentemente, brasileiros teriam suas vidas ceifadas e imprensa exploraria a questão, proporcionando um impacto negativo na imagem do chefe do Executivo.

Em suma, após dissecar os conflitos em lide, apresentando as causas e as consequências dos mesmos tanto no âmbito do Sistema Internacional quanto, mais especificamente, na esfera do Brasil, acredita-se que o alvo deste trabalho tenha sido alcançado. Os ensinamentos adquiridos e aqui referenciados servirão de base, a título de comparação, para futuras análises do *modus operandi* de cada ator com suas respectivas políticas adotadas em outros momentos da história brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vágner Camilo. **Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à guerra**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

AMARAL, Pedro Accorsi; ALVES, Vágner Camilo. **O Processo Decisório em Política Externa: a decisão da Colômbia de enviar tropas à Guerra da Coreia**. Disponível em: < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426284607_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf > Acesso em 03/10/2019.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília, Ed. UnB/IPRI, 2001.

BALEEIRO, Aliomar. **Coleção Constituições Brasileiras – Volume V**. 3ªEd. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4ªEd. Brasília: UnB, 2002. 595p.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 768p.

COSTA, Celiane Ferreira da. **O posicionamento do Brasil na Guerra da Coreia (1950-1953)**. In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2018, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, 2013. Disponível em: < https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502808038_ARQUIVO_OBrasilnaGuerradaCoreia-CelianeFerreiradaCosta.pdf > Acesso em 06/07/2019.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Comissão Mista Brasil-Estados Unidos**. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista> > Acesso em 13/10/2019.

_____. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2ªEd. São Paulo: Ática, 1992.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial: História e Crítica**. 2ªEd. Rev. Brasília: FUNAG, 2017.

DAVIDI, Efraim. **La crisis del Canal de Suez en 1956: el fin de una época en el Medio Oriente y el comienzo de outra**. In HAOL, Núm. 10 (Primavera, 2006), pp.145-153.

DELLAGNEZZE, René. **A Coreia do Norte e suas relações internacionais no mundo globalizado**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. Disponível em: < <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/CNRIMG.pdf> > Acesso em 19/02/2019.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. **Henrique Teixeira Lott**. 2ªEd. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Primeira Força de Emergência das Nações Unidas - UNEF I**. Disponível em: < <http://www.eb.mil.br/unef-i> > Acesso em 03/10/2019.

FERRER, Francisca Carla Santos; MATOS, Júlia Silveira. **A construção do canal de Suez e a formação do conflito: a força de paz brasileira na Faixa de Gaza.** In BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 19, p. 43-53, 2006.

HIRST, Mônica. **O pragmatismo impossível: a Política Externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954).** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1990. Disponível em: < <http://biblioteca.digital.fgv.br/dspace/handle/10438/6594> > Acesso em 15/07/2019.

JONG IL, Kim. **On the Juche idea.** Treatise sent to the National Seminar on the Juche idea held to mark the 70th birthday of the great Leader Comrade Kim Il Sung. Pyongyang: SNIJ, 1982.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** São Paulo: Saraiva, 2012.

LANNES, Suellen Borges de. **O Batalhão Suez e a política externa de JK: Um caso de alinhamento?** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Março de 2009. 92p.

LOPES, Fabiano Luis Bueno. **Batalhão Suez: História, Memória e Representação Coletiva (1956-2000).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

MANNARINO, Giovanni; DOURADO, Lauter. **A China e a Guerra da Coreia (1950-1953).** Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A_China_e_a_Guerra_da_Coreia_1950-1953.pdf> Acesso em 18/04/2019.

MARETTI, W. A. **O exército e a política externa brasileira no Brasil contemporâneo.** In: Revista do Exército Brasileiro. Vol. 133, 2º trimestre de 1996.

MASIERO, Gilmar. **A economia coreana: características estruturais.** In: Seminário sobre Coreia do Sul, 2000, Rio de Janeiro. Seminário sobre Coreia do Sul, 2000.

MELCHIONNA, Helena Hoppen. **A questão nuclear da Coreia do Norte sob as perspectivas da China e dos EUA.** Trabalho de conclusão de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/40259> > Acesso em 16/04/2019.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **A Península Coreana: Proposições para mudanças.** Texto apresentado no *II Encuentro De Estudios Coreanos en América Latina, El Colegio de México y The Korea Foundation*, Ciudad de México, 3 y 4 de Octubre de 2005. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/6244035-A-peninsula-coreana-proposicoes-para-mudancas.html> > Acesso em 22/08/2019.

SALIBA, Elias Thomé. **Lott, um marechal contra a corrente tem biografia republicada.** Disponível em: < <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,lott-um-marechal-contraacorrente-tem-biografia-republicada,70003017036> > Acesso em 04/11/2019.

ÚLTIMA HORA. Ano VI. Número 1.964. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1956.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964**. Petrópolis: Vozes, 1995.